



ESCOLA SUPERIOR  
DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

## *Mea Culpa*

Uma abordagem aos abusos sexuais na Igreja Católica  
na imprensa portuguesa

Ana Jorge Leça Carneiro Pinto

Trabalho de projeto submetido como requisito parcial para a obtenção do  
grau de Mestre em Jornalismo

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Doutora Fernanda do Rosário Farinha Bonacho

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Doutora Margarida Joana Quaresma Tomás Pontes

Lisboa, outubro de 2025



## Declaração Anti Plágio

Declaro que o presente trabalho, parte fundamental exigida para a obtenção do grau de Mestre em Jornalismo, pela Escola Superior de Comunicação Social do Instituto Politécnico de Lisboa, é exclusivamente da minha autoria. Esclareço ainda que todas as referências e citações presentes estão devidamente identificadas, segundo as normas APA.

Este trabalho é original, nunca tendo sido submetido na sua totalidade ou em qualquer uma das suas partes a outra instituição de ensino superior para obtenção de um grau académico ou de qualquer outra habilitação.

Compreendo que a prática de plágio poderá levar à anulação deste trabalho.

Lisboa, outubro de 2025

A candidata,

Ana Carneiro

## Resumo

O presente projeto debruça-se sobre a análise da cobertura jornalística dos abusos sexuais na Igreja Católica em Portugal. Pretende-se compreender de que modo os jornalistas constroem, enquadram e justificam os seus trabalhos sobre esta problemática, bem como os dilemas éticos e deontológicos que surgem nesse processo. Para tal, recorreu-se à análise de conteúdo de vinte peças jornalísticas de quatro jornais de referência nacional - *Jornal de Notícias*, *Correio da Manhã*, *Expresso* e *Público*. O estudo incidiu sobre a identificação das estratégias discursivas utilizadas, a seleção e hierarquização das fontes, a gestão entre imparcialidade e empatia e a forma como os princípios éticos e deontológicos são evidenciados ou negligenciados. Além disso, foram também realizadas entrevistas a dois psicólogos, um padre e dois jornalistas para compreender como é que os média têm vindo a trabalhar este tema. O conteúdo resultante das entrevistas foi pensado desde início como um recurso multimodal que serve tanto à análise académica quanto à construção de um documentário, configurando este trabalho como um projeto híbrido que articula investigação científica e produção audiovisual.

Os resultados evidenciam uma cobertura centrada nas instituições e nas vítimas, marcada por um enquadramento predominantemente policial e judicial, privilegiando acusações, testemunhos, medidas processuais e desfechos legais. Embora tal abordagem contribua para a visibilidade pública do problema, revela igualmente limitações significativas, na medida em que raramente é explorada a sua dimensão estrutural. Esta investigação permite, assim, refletir criticamente sobre a forma como a imprensa portuguesa lida com um tema de relevância social e política, sublinhando os desafios éticos que colocam à prática jornalística e evidenciando a necessidade de um jornalismo que vá além da descrição factual, promovendo uma compreensão mais ampla e profunda do fenómeno.

**Palavras-Chave:** Abusos Sexuais; Igreja Católica; Jornalismo; Cobertura Mediática

## **Abstract**

This dissertation focuses on the analysis of journalistic coverage of sexual abuse within the Catholic Church in Portugal. The aim is to understand how journalists construct, frame, and justify their work on this issue, as well as the ethical and deontological dilemmas that arise in the process. To achieve this, a content analysis was conducted on twenty journalistic pieces from four leading national newspapers - *Jornal de Notícias*, *Correio da Manhã*, *Expresso*, and *Público*. The study focused on identifying the discursive strategies used, the selection and prioritization of sources, the balance between impartiality and empathy, and how ethical and deontological principles are either emphasized or overlooked. Additionally, interviews were conducted with two psychologists, one priest, and two journalists to gain insight into how the media has been covering this topic. The content resulting from the interviews was initially thought of as a multimodal resource, serving both academic analysis and the creation of a documentary, making this work a hybrid project that combines scientific research and audiovisual production.

The findings highlight coverage that is centered on institutions and victims, predominantly framed in a police and judicial context, focusing on accusations, testimonies, procedural measures, and legal outcomes. While this approach contributes to the public visibility of the issue, it also reveals significant limitations, as the structural dimension - particularly clericalism - is rarely explored. This research thus provides a critical reflection on how the portuguese press handles a socially and politically significant topic, underlining the ethical challenges it poses to journalistic practice, and highlighting the need for journalism that goes beyond factual reporting, promoting a broader and deeper understanding of the phenomenon.

**Keywords:** Sexual Abuse; Catholic Church; Journalism; Media Coverage

## **Agradecimentos**

Às minhas orientadoras, professora Fernanda Bonacho e professora Joana Pontes por me terem acompanhado ao longo de todo este caminho que, mesmo intrincado, foi imperativamente necessário para o meu desenvolvimento enquanto profissional.

Ao Padre Paulo Terroso pela conversa franca e, sobretudo, por ter respondido às minhas questões sem qualquer reticência.

Ao Dr. Ricardo Barroso e à Dra. Rute Agulhas pela sua contribuição profissional enriquecedora.

Aos jornalistas António Marujo e João Francisco Gomes que, mesmo sem querer, foram o norte do meu trabalho. A eles estendo um profundo agradecimento por me terem tratado como colega e me terem deixado como um “peixe dentro de água”.

Aos meus colegas, Mariana Jerónimo, Victoria Sajin, Afonso Santos e Rúben Bento por me terem ensinado que rir é mesmo o melhor remédio.

À minha avó Ivone, que se hoje estou a um passo de terminar este moroso ciclo de estudos foi, também, para vingar a vontade que teve em continuar aquilo que deixou pendente na “terceira classe”.

Aos meus pais, pelo amor incondicional. Por me terem incentivado a seguir o meu sonho e me garantirem vezes sem conta que estava no caminho certo (estava mesmo).

Ao Miguel, que é casa. A casa onde me refugiei nos momentos mais complicados deste caminho, mas também casa onde fui feliz a fazer o que mais gosto: escrever sobre a vida e o mundo.

E todos aqueles que, direta ou indiretamente, fizeram parte do meu caminho académico. Obrigada!

# Índice

<b>Introdução</b>	<b>11</b>
<b>Capítulo I: Um problema ancestral</b>	<b>14</b>
1.1. <i>Dos Estados Unidos para o Mundo</i>	16
1.1.1. Contextualização histórica e mediática dos abusos sexuais na Igreja	16
1.1.2. O caso Spotlight: um caminho para a verdade	20
1.2. <i>Retrato de Portugal</i>	26
1.2.1. “Não somos exceção”	26
1.2.2. O “primeiro passo”: Comissão Independente	27
<b>Capítulo II: Média, Igreja e Abusos Sexuais</b>	<b>31</b>
2.1. <i>Igreja Católica sob um olhar mediático</i>	33
2.1.1. Relação entre os média e Igreja Católica	33
2.2. <i>Retrato da problemática dos abusos sexuais nos média</i>	37
2.2.1. Entre a Denúncia, a Invisibilidade e a Construção Narrativa	37
<b>Capítulo III: Uma abordagem dos abusos na imprensa em Portugal</b>	<b>41</b>
3.1. <i>O estudo dos abusos sexuais na imprensa portuguesa</i>	43
3.1.1. Metodologia	43
3.1.2. Amostra	44
3.1.3. Análise Qualitativa	44
3.2. <i>Análise Noticiosa</i>	46
3.2.1. Identificação da amostra	46
3.2.2. Abordagem e Construção Jornalística	48
3.2.3. Linguagem e Enquadramento Jornalístico e Frequência Lexical	52
3.2.4. Dimensão Ética e Deontológica	57
<b>Capítulo IV: Contributos em Primeira Voz</b>	<b>61</b>
4.1. <i>Entrevistas</i>	62
4.1.1. Metodologia	62
4.1.2. Seleção dos entrevistados	63
4.1.3. Processo de recolha e gravação	64
4.1.4. Processo de montagem e edição	65
<b>Discussão</b>	<b>67</b>
<b>Conclusão</b>	<b>71</b>
<b>Documentário</b>	<b>74</b>

<b><i>Bibliografia</i></b>	<b>76</b>
<b><i>Filmografia</i></b>	<b>79</b>
<b><i>Bibliografia da amostra</i></b>	<b>81</b>
<b><i>Anexos</i></b>	<b>84</b>

## **Índice de Tabelas**

Tabela 1 - Identificação da amostra _____	47
Tabela 2 - Abordagem jornalística _____	49
Tabela 3 - Construção jornalística _____	50
Tabela 4 - Linguagem e enquadramento jornalístico _____	54
Tabela 5 - Frequência lexical _____	55
Tabela 6 - Dimensão ética e deontológica _____	58

## **Lista de abreviaturas**

APAV - Associação Portuguesa de Apoio à Vítima

APCT – Associação para o Controlo de Tiragem e Circulação

CEP – Comissão Episcopal Portuguesa

JMJ – Jornada Mundial da Juventude

JN – Jornal de Notícias

MP – Ministério Público

PGR – Procuradoria-Geral da República

PJ – Polícia Judiciária

RTP – Rádio e Televisão de Portugal

SIC – Sociedade Independente de Comunicação

SNAP - *Survivors Network of those Abused by Priests*

TVI – Televisão Independente

## Introdução

Ao longo dos últimos dois mil anos, diversos autores estudaram a Igreja Católica, interpretando as suas crises sucessivas como indícios de uma possível dissolução da sua estrutura institucional ou de uma transformação profunda. Malachi Martin (1981), ex-jesuíta e autor de várias obras críticas da hierarquia e da cultura institucional, refere que “o declínio da Igreja, embora mais aparente nos últimos vinte anos, tem sido preparado há muito tempo<sup>1</sup>” (p.11-12). No entanto, a história mostra, aos olhos dos mais crentes, a sua transcendência e divindade. Segundo Gomes (2021), nenhuma outra instituição religiosa resistiu tanto sobrevivendo sempre (p.15). Desde as perseguições sofridas nos primeiros séculos do cristianismo - quando os fiéis eram compelidos a praticar a fé em clandestinidade - a Igreja Católica sobreviveu a diversas provações - incluindo a morte do seu fundador, traições, escândalos e, ainda, a sucessivas configurações do continente europeu. E, mesmo depois de se ter institucionalizado como religião dominante na Europa, teve de ultrapassar uma série de crises internas que fazem dela também uma sobrevivente das suas inúmeras reformas e da própria Inquisição. Mesmo assim, e ainda que diversos registos históricos mostrem o início conturbado, marcado pelos difíceis processos de expansão e consolidação, a Igreja Católica chegou “à marca dos dois mil anos como uma das instituições mais influentes do mundo” (Gomes, 2021, p.15).

Como observa Casanova (1994), a longevidade e a capacidade de adaptação da Igreja Católica refletem a sua notável resiliência institucional, qualidade que, segundo Jenkins (2011), tem permitido a manutenção e o crescimento do número de fiéis em contextos culturais e políticos profundamente diversos. No entanto, independentemente do poder e da influência dos seus governantes, tem sido fortemente abalada, nos últimos anos, pelas diversas polémicas e grandes manchetes que marcam jornais e noticiários um pouco por todo o mundo. Durante décadas prevaleceu a política de silenciamento e de protecionismo da Instituição, em que membros dos mais altos cargos do clero fizeram “uso do seu poder eclesiástico para abafar casos de abuso contra crianças” (Pereira, 2022, p.22), mas volvidos tantos anos, sob o pontificado do Papa João Paulo II, o silêncio histórico, conforme descrito pelos autores Berry e Renner (2004) quebra-se. Vieram a público os desvios constantes de uma Igreja, para muitos, santa e os relatos de práticas em clara

---

<sup>1</sup> Citação original: This decline, although apparent only in the last twenty years, has been a very long time in the making. In hindsight, we today can say that one could have predicted it some four hundred years ago.

dissonância com os princípios que professa. Há muito que a Igreja Católica enfrenta uma crescente pressão e os seus membros tornaram-se, por isso, alvo de escrutínio público, sob o olhar atento de uma sociedade que, como observa Jenkins (2001) se tornou intolerante exigindo, por isso, responsabilização.

Parece, assim, pertinente centrar este trabalho académico na problemática dos abusos sexuais perpetrados por membros da Igreja Católica, partindo da seguinte interrogação: “estarão os média a trabalhar este tema dando o mesmo enfoque às duas ‘personagens’: vítima e abusador?”. A leitura de diversas notícias, artigos e reportagens e o visionamento de vários filmes e documentários, de que são exemplos *Em Silêncio* (2019), *O caso Spotlight* (2015) e *Tylko nie mów nikomu – Tell no one* (2019), permitiu encontrar um elemento comum de particular interesse investigativo. A maioria desses conteúdos revelaram que a figura central é a vítima: a sua visão da “história”, o testemunho que partilha em diversos momentos e a forma como partilha a sua perspetiva mostram que esta é recorrentemente utilizada para a construção do binómio herói-vilão que, neste caso particular, toma forma de bem *versus* mal.

Torna-se, por isso, relevante compreender de que forma o abuso sexual dentro da Igreja Católica Portuguesa tem sido tratado jornalisticamente, nos últimos anos, nos órgãos de comunicação social em Portugal. A essência deste trabalho visa explorar a seguinte questão: “De que modo os jornalistas abordam, constroem e justificam os trabalhos jornalísticos sobre abusos sexuais na Igreja Católica, e que desafios éticos e deontológicos enfrentam durante esse processo?”. De forma a facilitar esta compreensão, torna-se essencial analisar um conjunto de diferentes trabalhos da imprensa portuguesa e, conseqüentemente, determinar quais os padrões existentes. O critério de seleção para o objeto de estudo recaiu, por isso, sobre quatro grandes jornais, os mais lidos e de maior tiragem em Portugal (segundo a APCT) - *Correio da Manhã*, *Público*, *Expresso* e *Jornal de Notícias*. A escolha desses jornais justifica-se não só pela sua elevada tiragem e alcance, conforme indicado pela APCT, mas também pela diversidade das linhas editoriais e géneros jornalísticos, que permitem uma análise abrangente dos padrões discursivos e narrativos presentes na cobertura mediática portuguesa.

A reflexão sobre a atividade dos jornalistas na abordagem de um tema tão delicado coloca diversas questões que a componente teórica deste trabalho – associada à análise das peças jornalísticas - não responde por si só. Foi nesse quadro que se entendeu relevante recorrer também a entrevistas, concebidas como uma estratégia exploratória destinada a

aprofundar a compreensão do fenómeno em estudo. Mais do que recolher dados passíveis de comparação, procurou-se contextualizar a análise e enriquecer a reflexão crítica sobre os abusos sexuais na Igreja Católica e a forma como estes são noticiados em Portugal. As entrevistas tiveram, assim, um carácter complementar à análise das peças jornalísticas, oferecendo acesso a interpretações e leituras que não emergem da observação das notícias. Permitiram, por um lado, confrontar o discurso jornalístico com o olhar direto de profissionais e especialistas e, por outro, deram visibilidade a aspetos frequentemente invisíveis para o leitor, como os critérios editoriais, as limitações práticas ou os dilemas éticos enfrentados no processo de cobertura. Na escolha dos entrevistados, procurou-se assegurar uma diversidade de contributos, de modo a construir uma visão mais completa e multifacetada. Foram contempladas três dimensões essenciais: a institucional e eclesial (representando a posição da Igreja Católica); a técnico-científica (ligada à psicologia e ao acompanhamento das vítimas e abusadores); e a profissional (centrada na experiência prática do jornalismo). Essa articulação interdisciplinar revelou-se fundamental para ajudar a compreender não só a forma como a imprensa constrói a narrativa sobre os abusos, mas também as tensões, responsabilidades e implicações sociais que atravessa.

## **Capítulo I: Um problema ancestral**

*“Forgive me, Father, for I have sinned.”*

## 1.1. Dos Estados Unidos para o Mundo

### 1.1.1. Contextualização histórica e mediática dos abusos sexuais na Igreja

Nos primeiros séculos, logo após a morte de Jesus Cristo, os representantes da nova fé procuraram estabelecer uma série de normas e princípios que deram origem a um rudimentar catecismo, mas já marcado por uma exigente disciplina moral (Marujo, 2022). A procura dos cristãos pela superioridade ética e espiritual visava não só uma distinção, particularmente em relação aos judeus e aos pagãos, mas também a construção de uma identidade cristã ancorada na virtude, na pureza e na renúncia aos prazeres terrenos. Determinados comportamentos eram, por isso, reprováveis, especialmente aqueles que estivessem direta ou indiretamente relacionados com a atividade sexual, uma vez que “o prazer desviava de Deus” (Gomes, 2021, p.30). Rafael Gomes, teólogo e presbítero, sublinha que “para se amar a Deus até ao desprezo de si é necessário controlar a inclinação para o pecado, para a concupiscência, para o mal (...)” (2017, p.10). A Igreja Católica passou a edificar não só uma doutrina, mas também uma imagem institucional que se pretendia moralmente inatacável e, por isso, durante séculos, “alicerçou o seu poder terreno na aura de incorruptibilidade e de perfeição moral que criou em redor dos seus sacerdotes: puros e íntegros, situados algures entre o humano e o divino” (Gomes, 2021, p.270). Assim, a repressão de determinados comportamentos servia não só à “santificação” individual, mas também à consolidação de uma estrutura eclesial cuja autoridade moral se fundava nessa ideia de transcendência e impecabilidade.

O facto é que a Igreja não podia permitir que os seus membros prejudicassem os diversos esforços de evangelização com uma conduta obscena e embaraçosa, sobretudo porque o cristianismo precisava de se afirmar no mundo. A instituição não podia, por isso, arriscar ver esse processo frustrado pela associação dos fiéis aos pecados carniais, particularmente aqueles que a sociedade considerava explicitamente condenáveis: o adultério e a sodomia. O autor e jornalista João Francisco Gomes refere que “os prazeres da carne” deveriam estar impreterivelmente associados à procriação com a intenção de gerar descendência, dentro de um casamento e, como tal, eram considerados “desvios necessários”. Por esse motivo, os primeiros membros do clero, particularmente os sacerdotes, não tinham por obrigação ser celibatários, mesmo que tenham sido, praticamente desde início<sup>2</sup>,

---

<sup>2</sup> Nos primeiros anos já existiam alguns movimentos, dentro da Igreja Católica, que propunham o celibato como condição obrigatória, no entanto, esta imposição só se estabelece séculos mais tarde.

incentivados a sê-lo. Segundo o sociólogo Francisco Borba Ribeiro Neto (2018), numa entrevista<sup>3</sup> concedida à BBC, o celibato "foi sendo reconhecido como um valor importante ao longo dos séculos". Muito sob a premissa de que os padres, nessa condição celibatária, estariam a “entregar-se melhor às suas tarefas religiosas e pastorais, vivendo uma espiritualidade mais profunda.” (Neto, 2018). O celibato tornou-se fundamentalmente o requisito através do qual membros da Igreja Católica se destacavam e garantiam a sua superioridade, sobretudo em relação às restantes classes sociais. Essa condição contribuiu para reconhecer um mérito especial ao clero, impossibilitando o acesso a diversas posições eclesiásticas àqueles que não estivessem dispostos a romper laços familiares e a renunciar os prazeres carnis. Antes mesmo de se estabelecer como condição obrigatória, este já funcionava como um critério de distinção e excelência, acrescentando ao ideal de pureza clerical uma libertação de vínculos e obrigações. No fundo, “o celibato agia como garantia de coesão e, ao mesmo tempo, como símbolo da utopia protelada.” (Sáez, 2017, p.125).

A Instituição Católica sempre se preocupou em regulamentar a sexualidade, assim como diversas práticas sociais desde o primeiro século. Estabelecer o casamento como valor central da sociedade e mais tarde como sacramento, por exemplo, reforçou não só a sua autoridade espiritual como garantiu uma influência e um controlo significativos sobre os comportamentos sociais e as relações familiares. A Igreja não moldou apenas a moral sexual da sociedade, tornou-se também uma autoridade incontornável na vida pública e privada, assegurando o seu domínio sobre várias estruturas sociais. No entanto, essa repressão ideológica e sexual criou um ambiente propício para que, ao longo de vários séculos, se desenvolvesse, no íntimo da Igreja Católica, um grande secretismo em torno de práticas consideradas pecaminosas, de um clero que desde início foi compelido a repudiar publicamente a prática sexual. Esse secretismo não dificultou apenas o reconhecimento dos diversos desvios e abusos, mas consolidou, também, um sistema no qual a transgressão era silenciada, perpetuando, assim, uma estrutura de poder baseada na dissimulação e no controlo moral.

(...) a obsessão católica com a virgindade e o celibato estava a potenciar a disseminação do pecado, do sexo em segredo e dos abusos sexuais, ao deixar os cristãos - e particularmente o clero - em permanente confronto com a tentação do fruto proibido. (Gomes, 2021, p.63)

---

<sup>3</sup> <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-45489668>

Independentemente do celibato e da castidade serem requisitos primordiais e inquestionáveis, há quase dois mil anos, os cristãos - especialmente membros da Igreja Católica - “revelaram desde cedo uma propensão para violar sistematicamente as rígidas normas da moral sexual implementada pela igreja.” (Gomes, 2021, p.30). João Francisco Gomes (2021) aponta que “os múltiplos manuais, leis, normas e decretos escritos pelos líderes cristãos do primeiro milênio” têm em comum o facto “de se dedicarem longamente às questões do sexo, listando proibições e condenações para todo o tipo de comportamentos intoleráveis”. Percebe-se, por isso, que havia, já nos primeiros séculos, uma condenação explícita do envolvimento sexual por parte da hierarquia eclesiástica e uma clara noção da gravidade do abuso de menores. Esses documentos mostram não só a intenção de legislar sobre este tipo de condutas, como nos dão conta de que a consciência da seriedade do abuso sexual verifica-se desde os primórdios da Igreja Católica.

A História mostra de forma inequívoca que a Igreja não só sempre teve conhecimento do problema como foi reiteradamente alertada para a necessidade de o resolver. No entanto, tantos os últimos papas assim como alguns membros mais conservadores da hierarquia preferiram sempre enfatizar a imoralidade do mundo em detrimento de reconhecer a própria imoralidade dentro da instituição que lideravam (Gomes, 2021). Estes comportamentos mostram que, há mil anos, já havia a noção de que o grupo clerical enfrentava um sério problema de coerência “entre a moral sexual que pregava e a conduta individual que contrariava todos os cânones” (Gomes, 2021, p.51). Se por um lado a doutrina exaltava a procura pela perfeição espiritual e a renúncia dos “prazeres da carne”, por outro assistíamos à reiterada entrega de membros do clero justamente a essas condutas que a instituição mais condenava.

A Igreja Católica chegou ao século XXI, envolta numa atmosfera farisaica<sup>4</sup> que adensava a sua contradição histórica. A transição para este último século revelou aquilo que há muito havia sido notado: a falta de concordância entre os procedimentos das autoridades civis e aqueles que eram adotados pelo grupo eclesiástico. Se as autoridades procuravam condenar os abusadores a duras penas, a Igreja focava-se naquela que sempre foi a sua grande prioridade: garantir que a problemática dos abusos sexuais não se fazia ecoar no

---

<sup>4</sup> “Farisaico” é um termo frequentemente utilizado para descrever pessoas ou comportamentos hipócritas, fingidos ou falsos. A expressão nasceu através das diversas críticas de Jesus Cristo aos fariseus, um grupo religioso judaico.

exterior da cúria. Mas ecoou. Em 1983, “ocasião em que surgiram as primeiras acusações contra um padre, no Louisiana” (Violante, 2008, p.365), o gelo estala e inicia-se aquela que viria a ser a maior crise contemporânea da Igreja Católica. Foram precisos dois milénios para surgir publicamente o primeiro nome: Gilbert Gauthé.

O caso de Gauthé foi o primeiro a ganhar notoriedade pública pelas mãos do jornalista Jason Berry<sup>5</sup>, que o divulgou, num conjunto de artigos publicados no jornal local *The Times of Acadiana*. Gilbert Gauthé, um sacerdote, na altura na casa dos 30 anos, foi acusado de ter abusado sexualmente de dezenas de crianças e jovens, que participavam nas tarefas religiosas da paróquia de Lafayette, na década de 1970. Aproveitando-se da sua posição enquanto padre, Gauthé coagiu sexualmente as vítimas, violando-as em diversos locais da igreja, assim como da própria casa paroquial. Muitas tinham entre 8 e 14 anos e eram provenientes de famílias profundamente ligadas à Igreja e à paróquia. As constantes ameaças às vítimas e a conivência do bispo - que teria sido alertado consistentemente para o problema, optando por transferir o sacerdote diversas vezes de paróquia a fim de evitar o escândalo - permitiram a Gauthé manter os abusos sexuais durante uma década. Algumas vítimas relataram que os abusos sofridos às mãos do padre americano foram reportados à diocese e respondidos com compensações financeiras e acordos de silêncio. No entanto, em 1983, a coragem de um grupo de vítimas e familiares mudou o paradigma. O grupo recusou formalmente ceder às ameaças e testemunhou, com ajuda de advogados, no caso que abriria “caminho a uma onda de denúncias e sucessivos escândalos que marcaram definitivamente a imagem pública da instituição” (Gomes, 2021, p.106).

Os crimes de Gilbert Gauthé chegaram às páginas de diversos jornais americanos - incluindo o *National Catholic Reporter*<sup>6</sup> -, recebendo grande atenção mediática. As denúncias e os testemunhos multiplicaram-se rapidamente e ajudaram a “desenhar” um quadro de diversos crimes sexuais vividos em segredo, durante várias décadas, nos Estados Unidos e um pouco por todo o mundo. Pela primeira vez na história ouviram-se nomes - de vítimas, de abusadores, de paróquias, etc. - e toda a hierarquia eclesiástica, incluindo o próprio Vaticano, estava sob escrutínio público. A Igreja Católica sabia que

---

<sup>5</sup> <https://www.nytimes.com/2021/08/24/opinion/catholic-church-abuse-jason-berry-first-report.html>

<sup>6</sup> <https://www.ncronline.org/blogs/ncr-today/conversation-starters>

Gauthe não era o único padre abusador, mas a sua condenação era de facto inédita. A impunidade da instituição Católica teria, por isso, chegado ao fim (Gomes, 2021, p.153).

### 1.1.2. O caso Spotlight: um caminho para a verdade

Quando o mundo entrou no terceiro milénio a problemática dos abusos sexuais já levava mais de uma década. Se durante anos nada se sabia sobre as práticas pecaminosas da hierarquia eclesiástica, o caso de Gilbert Gauthe, no início dos anos 80, colocou o escândalo da pedofilia na agenda mediática global. Primeiro com os artigos divulgados no *The Times of Acadiana* e, mais tarde, com outros trabalhos no *National Catholic Reporter* e no tão renomado *New York Times*<sup>7</sup>. O caso de Gauthe constituiu um marco inaugural na mediatização dos abusos sexuais cometidos por membros do clero, no entanto, o que mudaria definitivamente a história contemporânea da Igreja Católica seria um conjunto de reportagens publicadas no *The Boston Globe*, anos mais tarde. “É impossível fazer um retrato sério e completo da crise dos abusos do clero católico sem contar o que aconteceu em Boston em 2002.” (Gomes, 2021, p.196-197).

No entanto, e apesar da grande investigação do *Globe*, no início dos anos 2000, ter sido fundamentalmente o ponto de viragem no drama dos abusos, importa recordar que uma década antes, o periódico noticiou um dos maiores casos de abuso sexual na América: o caso de James Porter. A história tornou-se pública, em maio de 1992, depois de Frank Fitzpatrick - uma das vítimas de Porter - relatar ao *The Boston Globe* que possuía gravações telefónicas nas quais o sacerdote admitia explicitamente os abusos ocorridos durante a década de 1960, na diocese de Fall River<sup>8</sup>, no estado de Massachusetts. O jornal publicou o testemunho num artigo<sup>9</sup> que não só dava conta dos diversos crimes sexuais do padre como da prática evidente da diocese em ocultar as várias denúncias recebidas. Fitzpatrick, inclusive, afirmou no seu testemunho não haver dúvidas "de que a igreja encobriu tudo"<sup>10</sup> (The Boston Globe, 1992, tradução nossa).

O arquivo<sup>11</sup> sobre o caso foi-se ampliando progressivamente, sobretudo em virtude da chegada contínua, à redação, de novos detalhes, que revelavam o nível de conhecimento da Igreja acerca dos abusos, assim como os diversos esforços empreendidos no sentido de os ocultar. E, em outubro do mesmo ano, o *The Boston Globe* publicou um artigo que

---

<sup>7</sup> <https://www.nytimes.com/1985/06/20/us/sex-charges-against-priest-embroil-louisiana-parents.html>

<sup>8</sup> Vizinha à arquidiocese de Boston.

<sup>9</sup> [https://graphics.boston.com/globe/spotlight/abuse/archives/050892\\_porter.htm](https://graphics.boston.com/globe/spotlight/abuse/archives/050892_porter.htm)

<sup>10</sup> Citação original: “There's no question the church covered it up.”

<sup>11</sup> [https://graphics.boston.com/globe/spotlight/abuse/extras/porter\\_archive.htm](https://graphics.boston.com/globe/spotlight/abuse/extras/porter_archive.htm)

seria o primeiro sinal do potencial escândalo da Igreja enquanto instituição. O trabalho assinado pelo repórter Stephen Kurkjian relata a admissão dos abusos sexuais por parte de James Porter ao Vaticano e ao Papa Paulo VI. Neste artigo<sup>12</sup>, Kurkjian revela que, em 1973, Porter escreveu uma carta à Santa Sé, solicitando a dispensa do sacerdócio, na qual confessava ter abusado sexualmente perto de uma centena de jovens, em oito paróquias, desde 1960. A carta foi acompanhada por uma declaração de quatro páginas em que o padre mencionou ter recorrido à sua posição eclesiástica como mecanismo de proteção: “Sei que no passado me escondi atrás de um colarinho clerical, pensando que isso seria um escudo para mim (...) agora não há escudo.”<sup>13</sup> (The Boston Globe, 1992, tradução nossa).

Contudo, após o caso mediático de James Porter, a problemática dos abusos na Igreja Católica pareceu desvanecer do espaço público até ao início dos anos 2000. Não por falta de ocorrências, mas devido a um conjunto de fatores que contribuíram, em grande medida, para o seu silenciamento. Em particular, a postura da Igreja, que após a exposição pública dos casos de Gauthé e Porter, redobrou o cuidado adotando medidas mais cautelosas e estratégias sistemáticas de encobrimento, incluindo a transferência de padres abusadores entre paróquias e a celebração de acordos de confidencialidade com as vítimas - práticas que condicionavam tanto a responsabilização pública como a judicial. Paralelamente, adensava-se a cultura de silêncio entre as vítimas, alimentada muitas vezes por vergonha, culpa e medo, dificultando o processo de denúncia e, conseqüentemente, a ruptura desse silêncio. Além disso, importa também reconhecer que os meios de comunicação social desempenharam, na altura, um papel ambíguo no tratamento da questão. Muitos jornalistas evitaram confrontar diretamente a Igreja Católica, optando, em vez disso, por tratar os casos de abuso como “um conjunto de tristes episódios isolados” (Gomes, 2021, p.198), desprovidos, por isso, de uma ligação a um fenómeno estrutural mais amplo e sistémico. Esta abordagem contribuiu para a manutenção da invisibilidade mediática do problema até 2002, ano em que o *The Boston Globe* publicou uma série de reportagens da equipa *Spotlight* que viriam a mudar o paradigma.

A investigação começou em 2001, na sequência da nomeação de Martin Baron como novo editor do periódico, cuja orientação editorial incentivou um olhar crítico e aprofundado

---

<sup>12</sup> [https://graphics.boston.com/globe/spotlight/abuse/archives/102492\\_porter.htm](https://graphics.boston.com/globe/spotlight/abuse/archives/102492_porter.htm)

<sup>13</sup> Citação original: "I know in the past I used to hide behind a Roman collar, thinking that it would be a shield for me. Now there is no shield."

sobre algumas instituições tradicionalmente protegidas pela esfera pública, nomeadamente a Igreja Católica. O novo editor sugeriu que a equipa *Spotlight* investigasse o caso do padre John Geoghan, acusado de múltiplos abusos sexuais ao longo de décadas, cujos processos judiciais selados levantavam dúvidas e sugeriam a possibilidade de encobrimento por parte da Arquidiocese de Boston, liderada à época pelo Cardeal Bernard Law. O jornal já havia publicado alguns artigos sobre Geoghan, no noticiário quotidiano, mas nunca tinha sido investigada a hipótese de haver um padrão sistémico de ocultação por parte da arquidiocese, sobretudo por se tratar de uma cidade profundamente católica, onde a Igreja detinha grande influência social, política e económica. Numa entrevista concedida a João Francisco Gomes, Walter Robinson – membro da equipa *Spotlight* - destacou a perceção enraizada do poder institucional da Igreja, evidenciando o prestígio e a autoridade simbólica que lhe era consistentemente atribuída: “Tratávamos a igreja como se fosse superior a todas as outras instituições. Era icónico. Olhávamos para eles como moralmente corretos, incapazes de fazer o mal.” (Gomes, 2021, p.198). No entanto, na passagem para o novo século, a equipa *Spotlight* - Walter Robinson, Sacha Pfeiffer, Michael Rezendes e Matt Carroll – rompeu esse padrão com o trabalho desenvolvido que culminaria com as “míticas reportagens” (Gomes, 2021, p.16).

A investigação teve início com a análise de documentos públicos, nomeadamente processos judiciais e registos de transferências de membros do clero entre diferentes paróquias. Estes revelaram, desde logo, padrões suspeitos potencialmente indicativos de movimentações estratégicas e irregulares por parte da hierarquia eclesiástica. Diante disso, e de modo a indagar as possíveis justificações formalmente apresentadas para essas transferências, a equipa *Spotlight* requereu judicialmente o levantamento do segredo dos arquivos arquidiocesanos. Estes documentos continham elementos probatórios essenciais que indicavam o conhecimento prévio do problema e, a consequente conivência da estrutura clerical. Além disso, no decurso da investigação, a equipa do *The Boston Globe*, também contactou várias vítimas e advogados, envolvidos em casos anteriores, com o objetivo de recolher testemunhos que permitissem aprofundar a compreensão da complexidade e extensão da problemática dos abusos (Gomes, 2021, p.203). Através da colaboração com o grupo SNAP (*Survivors Network of those Abused by Priests*), uma organização de apoio a sobreviventes de abusos no contexto da Igreja, os jornalistas conseguiram estabelecer uma ponte de confiança com múltiplas vítimas que, até então,

se encontravam em silêncio. Esta ligação com o SNAP foi determinante na investigação, uma vez que não só facilitou o acesso a testemunhos diretos e detalhados, como também permitiu chegar a outros nomes envolvidos no escândalo de abuso sexual. Ao cruzar estes dados de diversas fontes - legais, institucionais e humanas -, os jornalistas conseguiram não só compreender a extensão dos abusos como mapear padrões de comportamento institucional - sobretudo na proteção dos agressores - e identificar casos sistematicamente ocultados ao longo de décadas. Através de um trabalho longo e moroso, a equipa *Spotlight* conseguiu transformar dados fragmentados em provas concretas de cumplicidade institucional: os abusos sexuais dentro da Igreja Católica eram, de facto, um problema real, sistémico e ligado ao próprio clericalismo.

O mais difícil na investigação foi ouvir as histórias das vítimas, histórias de tantas vidas que foram destruídas devido a abusos na infância e na adolescência. Eram histórias incrivelmente tristes e foi muito duro ouvi-las e carregá-las connosco. Todos desejávamos poder ter escrito a reportagem antes. Nos EUA, em cada cidade havia muitas pistas. E em cada cidade houve um jornal importante que não escreveu a história. As pistas estavam lá para todos as verem, na América e no Mundo, mas foi preciso a equipa *Spotlight* do *Globe* para montar as peças do puzzle e publicar a história.<sup>14</sup> (Rezendes, 2016, Jornal Expresso)

Este processo culminou, em janeiro de 2002, com a publicação da primeira<sup>15</sup> de uma série de reportagens. No dia 6 desse mesmo mês, uma manchete do *The Boston Globe* marcou o ponto de viragem na história contemporânea, inaugurando assim a Era dos escândalos modernos de abuso sexual na Igreja Católica (Gomes, 2021). O artigo, assinado pelo jornalista lusodescendente Michael Rezendes foi a primeira parte do longo trabalho da equipa - “mais de 600 histórias no espaço de um ano”<sup>16</sup> (Larson, 2015) - que expunham o conhecimento prévio da Igreja sobre os crimes do padre John Geoghan. A manchete revelava que “A igreja permitiu abusos cometidos por padre durante anos”<sup>17</sup> (The Boston Globe, 2002, tradução nossa). E apesar de estar ciente do passado criminoso de Geoghan, a arquidiocese de Boston continuou a transferi-lo de “paróquia em paróquia”. O artigo descrevia os abusos cometidos por Geoghan contra mais de 130 vítimas - incluindo uma criança de apenas quatro anos - mas centrava-se, sobretudo, no esquema sistemático de encobrimento adotado pela Igreja (Gomes, 2021). Entre as provas apresentadas,

---

<sup>14</sup> <https://expresso.pt/cultura/2016-01-28-O-lusodescendente-que-escreveu-a-historia-que-embaracou-o-Vaticano-e-chegou-aos-oscares>

<sup>15</sup> <https://www.bostonglobe.com/news/special-reports/2002/01/06/church-allowed-abuse-priest-for-years/cSHfGkTlrAT25qKGvBuDNM/story.html>

<sup>16</sup> <https://www.newyorker.com/culture/sarah-larson/spotlight-and-its-revelations?>

<sup>17</sup> Título original: “Church allowed abuse by priest for years”

destacava-se uma carta de 1984 escrita por um bispo da arquidiocese, relatando diversos crimes. O artigo também denunciava a existência de dezenas de acordos extrajudiciais entre a igreja e as vítimas, mantidos sob segredo de justiça devido à influência exercida pela arquidiocese sobre o sistema judicial de Boston.

Este trabalho do *Globe* conferiu ao problema uma dimensão de horror totalmente nova e perturbadora nos Estados Unidos e no mundo. As reportagens publicadas revelaram a magnitude da violência praticada no seio do clero, intensificando a consternação pública e gerando amplo impacto social. Cada caso tornado público de um padre pedófilo “enfraquecia a aura de incorruptibilidade associada aos sacerdotes e, na mesma medida, o poder da igreja.” (Gomes, 2021, p.270). O caso de John Geoghan, em particular, teve um efeito marcante na sociedade norte-americana, ao evidenciar de forma crua a recorrência de comportamentos pedófilos por parte de membros do clero e, sobretudo, a incapacidade institucional da Igreja em lidar com tais crimes. Esta investigação tornou-se um exemplo paradigmático de jornalismo de investigação, não só pela gravidade dos atos denunciados, mas pelo modo como rompeu com a tradição de silêncio e deferência em relação à Igreja Católica. Michael Salter, investigador dedicado às questões da violência sexual e do abuso institucional, sublinha que “os meios de comunicação social desempenharam um papel fundamental na divulgação do problema dos abusos cometidos pelo clero, centrando-se em particular nas culturas institucionalizadas de silêncio e descrença” (2016, p.1). Nesse sentido, este trabalho contribuiu decisivamente para a reformulação do discurso público sobre a responsabilidade institucional da Igreja Católica. E não deixa de ser menos verdade que a visibilidade mediática atribuída ao caso funcionou como catalisador para novas investigações, além de ter desencadeado uma onda global de denúncias.

Não tenho dúvidas de que nosso trabalho foi a faísca. Fomos os pioneiros. Considerando que Boston é a maior cidade católica dos Estados Unidos, foi bastante corajoso da parte dos editores – poderíamos ter alienado muitos leitores. Mas os processos judiciais que vencemos, os documentos da Igreja que divulgamos, tornaram-se precedentes; eles encorajaram outros jornais e outros advogados em outras cidades a seguirem o exemplo.<sup>18</sup> (Rezendes, 2016, Jornal Expresso)

Em 2015, o filme “Spotlight: segredos revelados”, sob a direção de Tom McCarthy, imortalizaria o trabalho da equipa homónima do jornal *The Boston Globe*. Mais do que

---

<sup>18</sup> <https://expresso.pt/cultura/2016-01-28-O-lusodescendente-que-escreveu-a-historia-que-embarcou-o-Vaticano-e-chegou-aos-oscares>

uma simples adaptação cinematográfica do caso jornalístico, o filme representa uma homenagem ao jornalismo investigativo como ferramenta essencial para a responsabilização de instituições de grande poder. Numa entrevista<sup>19</sup> concedida ao jornal português Expresso, Michael Rezendes (2016) disse que o filme leva o trabalho dos jornalistas “a uma audiência ainda maior e mostra às pessoas o valor e a importância do jornalismo de investigação.”. A narrativa fílmica destaca o rigor metodológico, a persistência e a integridade ética dos jornalistas envolvidos, apresentando um modelo de prática jornalística comprometida com o interesse público e a verdade factual, valendo-lhe, por isso, em 2003, o prémio Pulitzer de jornalismo de serviço público.

*Spotlight* enfatiza o trabalho de equipa, a paciência na investigação e o cuidado com as fontes, relembrando o papel fundamental da imprensa como "cão de guarda" da democracia. O impacto do filme foi significativo não só na revalorização pública do jornalismo tradicional num contexto de crescente desinformação e crise nos média, mas também na forma como sensibilizou audiências globais para as consequências do silêncio institucional face à violência. Ao conquistar o Óscar de Melhor Filme e alcançar uma ampla distribuição internacional, *Spotlight* contribuiu para reabrir debates sobre ética, responsabilidade e transparência, tanto no jornalismo como nas estruturas de poder visadas. Nesse sentido, o filme assume uma dimensão pedagógica e simbólica, reafirmando o potencial transformador da investigação jornalística e o seu papel insubstituível na construção de uma sociedade mais justa e informada.

Assim, o caso *Spotlight* - a investigação do *The Boston Globe* e a própria adaptação cinematográfica - pode ser compreendido como um ponto de inflexão que inaugurou uma nova fase na relação entre os média, a justiça e a Igreja. Não sendo menos verdade que a sua mediatização permitiu desenhar-se nos Estados Unidos um dos maiores escândalos da Igreja Católica, que “nas duas primeiras décadas do século XXI, alastrou-se definitivamente a todos os cantos do mundo, incluindo Portugal” (Gomes, 2021, p.106).

---

<sup>19</sup> <https://expresso.pt/cultura/2016-01-28-O-lusodescendente-que-escreveu-a-historia-que-embarcou-o-Vaticano-e-chegou-aos-oscares>

## 1.2. Retrato de Portugal

### 1.2.1. “Não somos exceção”

A problemática dos abusos sexuais conhecida a partir da década de 1980 e considerada por muitos autores “escândalo” desde 2002 “iluminou décadas de práticas abusivas em todos os continentes” (Gomes, 2021, p.275). A consternação pública relativa à pedofilia dentro da Igreja Católica cresceu a cada testemunho, no entanto, o que fez realmente estremecer a hierarquia eclesiástica foi a confrontação com o seu passado. A maioria dos testemunhos tornados públicos, nas últimas duas décadas, dizem respeito a abusos cometidos ao longo do último século, particularmente entre as décadas de 1950 e 1990 - período durante o qual muitas das vítimas eram crianças e adolescentes. Este processo de revelação e exposição pública suscitou, entre diversos católicos, uma profunda introspeção relativamente ao seu passado pessoal. Muitos começaram a reavaliar memórias que até então haviam permanecido difusas ou desvalorizadas, reinterpretando acontecimentos que, à época, não tinham compreendido na sua verdadeira gravidade. Episódios considerados, durante esse tempo irrelevantes - como atitudes dúbias por parte de membros do clero, comportamentos estranhos de determinados sacerdotes ou afastamentos súbitos e pouco explicados de padres de paróquias locais - passaram a ser revistos à luz das novas evidências e denúncias. No entanto, considerando dados conhecidos até 2019, Portugal aparentava ser uma “exceção à regra”. O autor João Francisco Gomes refere que se conheciam meia dúzia de casos recentes, mas não o seu passado. Mas este existe, Portugal não é exceção.

Não quero ser ingénuo, não quer dizer que somos todos como anjinhos ao longo das décadas, que isto em Portugal não acontece e que, se porventura se fosse à caça ou à investigação mais profunda, não apareciam mais ou menos casos. (Américo Aguiar em entrevista com João Francisco Gomes, 2021)

De facto, durante muito tempo não houve uma ideia clara da verdadeira dimensão histórica do problema da pedofilia na Igreja Católica Portuguesa. Contudo, em fevereiro de 2019, o porta-voz da Conferência Episcopal Portuguesa<sup>20</sup> (CEP), padre Manuel Barbosa, divulgou publicamente o número que melhor refletia, à data, uma referência estatística oficial no contexto nacional. As informações recolhidas junto dos tribunais eclesiásticos das vinte e uma dioceses nacionais concluiu que, entre o início dos anos

---

<sup>20</sup> <https://www.conferenciaepiscopal.pt/v1/>

2000 e 2019, foi investigada “uma dezena de casos” (Gomes, 2021, p.261). Este número, no entanto, refere-se unicamente aos casos analisados internamente pela igreja no período referido, não abrangendo, por isso, a totalidade do fenómeno.

Embora os primeiros relatos de abusos cometidos por membros do clero tenham surgido pontualmente ao longo das décadas de 1990 e 2000, foi apenas a partir de 2010, com o agravamento do escrutínio internacional e o alargamento das investigações jornalísticas, que o tema começou a ganhar relevo no espaço público português. As investigações de grande escala conduzidas nos Estados Unidos, Austrália, Irlanda e Alemanha revelaram-se essenciais para que a Igreja Católica em Portugal reconhecesse a gravidade e a prolongada duração do escândalo de abusos sexuais ao longo do último século. Foi, em grande medida, na sequência dos dados alarmantes revelados por esses inquéritos que, nos últimos anos, a Santa Sé decidiu tomar medidas concretas com o objetivo de enfrentar o passado, adotando políticas mais eficazes de prevenção e estabelecendo mecanismos sólidos para acolher vítimas e dar seguimento às denúncias. Em Portugal, o processo tem avançado, segundo Gomes (2021), “à boleia” dessas mesmas resoluções vindas de Roma, sobretudo depois da visita a Portugal do padre Hans Zollner, em maio de 2021. Além disso, António Marujo (2022) aponta que o facto de alguns bispos, nomeadamente do cardeal António Marto e José Ornelas, se terem pronunciado sobre a problemática dos abusos assim como a carta que 276 católicos escreveram a pedir a sua investigação foi determinante para que a Conferência Episcopal tomasse uma posição.

### 1.2.2. O “primeiro passo”: Comissão Independente

Em novembro de 2021, a criação da Comissão Independente para o Estudo dos Abusos Sexuais contra as Crianças na Igreja Católica Portuguesa, por iniciativa da CEP, iniciou um processo institucionalizado e sistemático de recolha de informação, testemunhos de vítimas e análise de arquivos. Este marco representou não só o reconhecimento público da gravidade da questão, mas também uma viragem histórica na forma como a Igreja em Portugal lidava com as denúncias: de uma lógica de ocultação e minimização, passou-se, ainda que tardiamente, a uma tentativa de enfrentamento mais transparente do problema. A comissão, presidida pelo pedopsiquiatra Pedro Strecht, desempenhou um papel determinante ao criar espaço para as vítimas partilharem os seus relatos, culminando, em

fevereiro de 2023, na divulgação e publicação do relatório<sup>21</sup> - “Dar voz ao silêncio” - que identificou mais de quinhentos testemunhos validados de abuso, “a maior parte na primeira pessoa” (Simões, 2023, p.30-31).

A comissão colocou à disposição um formulário *online*, um *email*, um número de telefone e uma morada para receber e dar seguimento a testemunhos de crimes sexuais alegadamente praticados por membros do clero. Além disso, foram realizadas diversas entrevistas - por dois elementos da comissão - algumas delas presenciais e outras por videoconferência. “No tempo específico da entrevista foi várias vezes nítido o movimento regressivo perante os observadores, recuando claramente a um tempo traumático das suas infâncias: diante dos membros da comissão estavam, nesses precisos e dramáticos instantes, as vozes das crianças que nunca conhecemos enquanto tal, mas que facilmente se reconstruíam em imagens internas de uma dor imensa nunca até agora acolhida, integrada e ultrapassada”, observa o relatório.

Segundo o relatório da comissão, 57,2% das vítimas são homens e 42,2% mulheres, duas pessoas (0,4%) identificaram-se com outro género e uma pessoa não respondeu (0,2%). A comissão adiantou, também, que apesar de “uma sobrerrepresentação masculina na amostra, a sua componente feminina é muito significativa, comparativamente a outras amostras internacionais de pessoas abusadas na Igreja Católica, onde a proporção de rapazes vítimas é sempre bastante maior.”. A expressiva representação de mulheres na amostra portuguesa, em comparação com outros contextos analisados, poderá estar relacionada, entre outros fatores, com o papel proeminente que estas assumem em domínios como a educação e o mercado de trabalho. Em contraste com diversos países europeus e até mesmo com os Estados Unidos, Portugal apresenta uma taxa de participação feminina no trabalho a tempo inteiro particularmente elevada. Este dado aponta para a existência de uma faixa da população feminina mais autónoma, com maior experiência em contextos de exposição pública, o que poderá contribuir para uma maior predisposição e capacidade para partilhar publicamente a sua vivência pessoal.

Em termos etários, as pessoas que responderam no inquérito tinham idades compreendidas entre os 65 e os 89 anos. Assinalando-se, ainda, que em 21 casos (3,9% do total) foi apontada a idade atual, indicando que os abusos possam ainda estar a

---

<sup>21</sup>[https://www.cnpdpcj.gov.pt/documents/10182/14804/Comiss%C3%A3o+Independente+Estudo+Abusos+Sexuais+Crian%C3%A7as+Igreja+Cat%C3%B3lica+Portuguesa\\_RELAT%C3%93RIO+FINAL\\_Sum%C3%A1rio+Executivo/39f039a4-c4a4-4ae2-9ce2-908b762ca10d](https://www.cnpdpcj.gov.pt/documents/10182/14804/Comiss%C3%A3o+Independente+Estudo+Abusos+Sexuais+Crian%C3%A7as+Igreja+Cat%C3%B3lica+Portuguesa_RELAT%C3%93RIO+FINAL_Sum%C3%A1rio+Executivo/39f039a4-c4a4-4ae2-9ce2-908b762ca10d)

acontecer no presente. A idade média atual, em 2022, das pessoas vítimas era de 52,4 anos, apontando para um perfil de adulto em plena idade ativa. A maioria (88,5%) residia em Portugal continental, destacando-se os distritos de Lisboa, Porto, Braga, Setúbal e Leiria como os mais representados. Embora existam alguns registos que revelem casos residuais de abusos sexuais ocorridos a partir dos 2 anos, - reportados por outrem - a frequência dos crimes começa a aumentar significativamente a partir dos 6 anos (6,4%). A prevalência torna-se mais acentuada entre os 10 e os 14 anos, sendo este o intervalo etário com maior concentração de situações reportadas. Em termos absolutos, a idade mais mencionada como momento de início do abuso é os 12 anos, representando 15% dos casos. Este resultado revela de forma clara que o grupo etário entre os 10 e os 14 anos - coincidente com o início da puberdade e a entrada na adolescência - constitui a faixa de maior vulnerabilidade, concentrando 58,6% dos testemunhos recolhidos no estudo da Comissão Independente.

Pela primeira vez, foi possível dispor de dados sistematizados, validados e quantitativamente expressivos sobre a dimensão real dos abusos no íntimo da Igreja em Portugal. Com estimativas a apontar para milhares de casos ocorridos desde 1950 - cerca de 4815 casos -, este relatório não só conferiu legitimidade ao testemunho das vítimas, como também impulsionou uma nova consciência pública e eclesial, forçando a hierarquia católica a reconhecer responsabilidades e a adotar medidas concretas de prevenção e reparação no contexto nacional. Além disso, este documento contribuiu para “desestigmatizar” o ato de denunciar crimes de abuso, não só no contexto religioso, mas também noutras esferas institucionais. E não é menos verdade que, e em resultado do trabalho da comissão, foram remetidos ainda ao Ministério Público vinte e cinco casos juridicamente relevantes, embora a maioria já se encontrasse prescrita.

No entanto, o relatório da Comissão Independente é um dos poucos trabalhos existentes relativamente à problemática dos abusos sexuais em Portugal. “Pela força da escassa informação oficial da parte das autoridades eclesiais e civis, o único retrato ainda que profundamente incompleto deste problema em Portugal depende da informação que os meios de comunicação social investigaram e publicaram ao longo das últimas duas décadas.” (Gomes, 2021, p. 268). Desde o início dos anos 2000, o trabalho desenvolvido pelos jornalistas portugueses tem dado a conhecer diversos detalhes de alguns dos casos que vieram a público na sequência de queixas apresentadas às autoridades e às próprias dioceses. Contudo, levanta-se uma questão: De que modo os jornalistas abordam,

constroem e justificam os trabalhos jornalísticos sobre abusos sexuais na Igreja Católica, e que desafios éticos e deontológicos enfrentam durante esse processo?

## **Capítulo II: Média, Igreja e Abusos Sexuais**

*A Igreja seria bem servida se um maior número de pessoas que ocupam cargos e desempenham funções no nome dela fossem formados em comunicação. Isto é verdade não só para os seminaristas, as pessoas que se formam nas comunidades religiosas e os jovens leigos católicos, mas para o pessoal da Igreja em geral.*

John P. Foley

## **2.1. Igreja Católica sob um olhar mediático**

### **2.1.1. Relação entre os média e Igreja Católica**

O estudo da cobertura mediática da Igreja Católica em Portugal implica, antes de mais, compreender a relação histórica entre religião e os órgãos de comunicação social, uma vez que este enquadramento condiciona a forma como escândalos, nomeadamente o dos abusos sexuais, são posteriormente narrados. A literatura evidencia que, durante largos períodos do século XX, a Igreja Católica deteve um peso significativo na esfera pública nacional, não só como instituição religiosa, mas também como ator social e político. Esse estatuto privilegiado influenciou o modo como a imprensa a representou, oscilando entre a deferência institucional e a crítica mais incisiva em períodos de maior abertura democrática (Silva, 2013). Autores que estudaram a interseção entre religião e comunicação em Portugal sublinham que, até à Revolução de 1974, a cobertura jornalística da Igreja era, em grande medida, condicionada pelo contexto político e pela função legitimadora que o catolicismo desempenhava no Estado Novo (Cunha, 2001). A partir do processo de democratização, a relação entre Igreja e os média tornou-se mais complexa: por um lado, a Igreja manteve a sua relevância como fonte institucional credível e por outro, passou a estar sujeita a uma maior pluralidade de discursos e a um escrutínio crítico, em consonância com os princípios de liberdade de imprensa.

Neste quadro histórico, torna-se igualmente evidente que a religião, enquanto tema jornalístico, ocupa um espaço marginal dentro das redações. A dimensão religiosa dos acontecimentos tende a ser frequentemente negligenciada pelos meios de comunicação social em Portugal, não figurando entre os temas habitualmente considerados prioritários nas redações. A cobertura jornalística da religião é, muitas vezes, remetida para um plano secundário, tanto em termos de atenção editorial como de especialização profissional. Em Portugal, o número de jornalistas com formação específica ou experiência aprofundada no campo religioso é extremamente reduzido - e, mesmo entre esses, poucos se dedicam exclusivamente a esta área. A ausência generalizada de profissionais capazes de interpretar e comunicar eficazmente a linguagem e os códigos próprios das religiões contribuem para que as instituições religiosas gozem, em muitos casos, de uma forma de imunidade face ao escrutínio público e mediático, que dificilmente seria tolerada noutras esferas de poder, sejam elas políticas, económicas ou sociais.

Essa marginalização da religião no contexto jornalístico não elimina, contudo, a centralidade da Igreja Católica enquanto ator institucional, o que explica o porquê de a comunicação da Igreja Católica com os órgãos de comunicação social configurar-se, desde sempre, como um terreno de fricção permanente, profundamente marcado por tensões históricas e por uma evidente assimetria de expectativas. Do lado dos jornalistas, predomina a exigência de transparência, o acesso célere à informação e respostas objetivas perante situações de relevância pública, sobretudo em contextos de crise. Em contrapartida, a Igreja Católica sempre adotou uma postura comunicacional prudente, frequentemente defensiva, centrada em estratégias de contenção e de preservação da sua autoridade simbólica. Lima (2022) refere que o problema não está assente na capacidade de a Igreja comunicar nos média, “nesse ponto, está tudo bem e recomenda-se.” O problema reside antes “na dificuldade em comunicar com os *media*, com os atuais *media*”. Esta resistência encontra raízes na própria tradição eclesial, cuja comunicação é fortemente hierarquizada, orientada pela lógica interna da instituição e marcada por um discurso de natureza teológica que não se adapta facilmente às exigências mais objetivas do campo jornalístico. Acresce a este quadro uma desconfiança histórica relativamente ao papel crítico da imprensa, percecionada muitas vezes como sensacionalista ou excessivamente focada em polémicas, o que reforça a tendência para privilegiar canais controlados, como comunicados oficiais e declarações cuidadosamente mediadas. O resultado é uma relação fragilizada, onde a Igreja surge mais reativa do que proativa, limitando o espaço de diálogo e acentuando a perceção de distância face à esfera pública.

Ainda assim, se considerarmos o contexto contemporâneo, os estudos sobre a instituição católica mostram que esta continua a ser uma das fontes privilegiadas na cobertura de temas religiosos, sendo frequentemente representada como autoridade moral e cultural (Silva, 2013). Tal enquadramento tem implicações relevantes na forma como os casos de abuso são noticiados: a centralidade da instituição enquanto fonte torna visível a sua versão oficial dos acontecimentos. A dependência de fontes institucionais contribui para um padrão de representação marcado por uma certa assimetria discursiva. Do ponto de vista da sociologia da comunicação, esta relação ilustra aquilo que Tuchman (1978) designou por “rotinas de produção noticiosa”, em que fontes institucionais com elevada credibilidade pública se tornam interlocutores privilegiados dos jornalistas. A Igreja

Católica, pela sua posição histórica e pela autoridade simbólica de que dispõe, constitui um exemplo paradigmático desse processo em Portugal.

Outro elemento destacado na literatura é a especificidade da linguagem jornalística quando trata de temas religiosos. Silva (2013) mostra que a imprensa portuguesa recorre frequentemente a vocabulário com conotação moral e espiritual, mesmo em contextos de notícias factuais. Tal fenómeno não deve ser entendido como um mero recurso estilístico, mas antes como reflexo de uma herança cultural em que a linguagem jornalística se cruza com a dimensão religiosa partilhada pela sociedade portuguesa. Expressões como “pecado” ou “escândalo moral” que aparecem de forma explícita ou implícita em notícias, artigos, reportagens, etc. operam mais como marcadores simbólicos do que como categorias estritamente descritivas. Esta tendência aproxima a prática jornalística de um discurso híbrido, situado entre a objetividade noticiosa e a retórica moral, e traduz a persistência de um quadro cultural em que religião e identidade nacional se encontram historicamente entrelaçadas. Na prática, esta dimensão linguística atribui à Igreja Católica uma dupla “imagem” no tratamento jornalístico da questão: por um lado, é apresentada como uma instituição social e religiosa, sujeita a escrutínio e, por isso, responsável por determinadas práticas e, por outro, surge como símbolo cultural que mobiliza afetos coletivos, valores morais e representações da identidade portuguesa. Esta dualidade reflete-se, por isso, no facto dos órgãos de comunicação social não só informarem sobre acontecimentos relacionados com a própria Igreja, como reatualizam permanentemente a sua carga simbólica no espaço público. Quando eclodiram os escândalos dos abusos sexuais, esta herança discursiva contribuiu para a intensidade emocional com que o tema foi enquadrado, potenciando diferentes narrativas, num processo de mediatização que reforça simultaneamente a visibilidade do problema e o seu tratamento em termos simbólicos.

Várias reflexões autorais, mostram, de igual forma, que existe um processo de secularização gradual, traduzido na diminuição da prática religiosa regular e na erosão da pertença formal às instituições eclesiais (Teixeira, 2020). No entanto, a Instituição Católica continua a deter um capital simbólico relevante, visível na sua presença em rituais sociais, cerimónias públicas e na manutenção de um papel normativo na definição de valores morais coletivos (Toldy, 2013). Esta tensão entre a perda de fiéis no seu ativo e a persistência de legitimidade simbólica repercute-se na forma como os órgãos de

comunicação social enquadram a instituição: respeitam-na enquanto referência cultural, mas confrontam-na com exigências de transparência, responsabilização e escrutínio público. No caso português, este duplo registo manifesta-se em narrativas jornalísticas que oscilam entre a reverência face ao peso histórico da Igreja e a denúncia crítica das suas falhas institucionais, sobretudo no que respeita à gestão e ocultação de casos de abuso sexual e de outro tipo de práticas que sejam notoriamente incongruentes com a doutrina cristã.

De uma forma geral, a literatura sobre os média e a religião em Portugal permite identificar três dimensões centrais relativamente ao enquadramento do tema dos abusos sexuais. Primeiro, a Igreja Católica é historicamente um “ator” privilegiado na esfera pública portuguesa, com grande interesse por parte dos órgãos de comunicação social e com uma igual capacidade de moldar narrativas (Silva, 2013). Segundo, a cobertura noticiosa de religião tende a reproduzir discursos institucionais e a utilizar registos linguísticos com forte carga simbólica, o que influencia naturalmente a representação de temas sensíveis, particularmente a problemática dos abusos sexuais no íntimo da hierarquia eclesiástica. E por último, compreende-se que a relação entre Igreja e os órgãos de comunicação social é atravessada por tensões contemporâneas entre a secularização e a autoridade simbólica, que explicam a ambivalência do tratamento mediático de escândalos recentes. Estes elementos constituem a base para compreender como, na atualidade, os órgãos de comunicação social portugueses têm trabalhado os casos de abuso sexual na Igreja e ajudam a situar a discussão num contexto mais amplo de relações entre comunicação, religião e poder.

## **2.2. Retrato da problemática dos abusos sexuais nos média**

A representação dos abusos sexuais na Igreja Católica, na imprensa em Portugal, tornou-se um dos fenómenos mais significativos da comunicação social contemporânea. A intensidade e a persistência da cobertura desde o início da década de 2000 - culminando na divulgação do relatório da Comissão Independente para o Estudo dos Abusos Sexuais de Crianças na Igreja Católica Portuguesa, em 2023 - evidenciam o papel dos média como agentes de visibilidade pública e como mediadores do debate social. No entanto, a cobertura não se limita a informar: ela constrói narrativas, molda perceções e define enquadramentos éticos e políticos. O presente capítulo reflete especificamente sobre quatro dimensões interligadas: a tensão entre denúncia pública e presunção de inocência, a centralidade da vítima como fonte e os riscos de revitimização, a relativa invisibilidade do abusador e das estruturas de poder e os usos contrastantes da linguagem emocional e simbólica face à narrativa factual.

### **2.2.1. Entre a Denúncia, a Invisibilidade e a Construção Narrativa**

Um dos dilemas mais evidentes na cobertura da problemática dos abusos é o confronto entre a urgência da denúncia pública e o princípio jurídico da presunção de inocência. Ao dar voz a vítimas e ao relatar indícios de práticas abusivas, os jornalistas romperam um silêncio historicamente alimentado por práticas de encobrimento institucional, transformando o espaço mediático numa instância de denúncia pública. Contudo, este exercício levanta uma série de questões, nomeadamente o equilíbrio entre o direito à informação e a salvaguarda das garantias fundamentais dos alegados abusadores (Código Deontológico do Jornalista, 1993). O autor Fernando Martins afirma que “as ações mais repulsivas são, muitas vezes, as mais sujeitas aos excessos que, frequentemente, arrastam para o erro.” (2006, p.166). E a verdade é que sendo o abuso sexual de menores um crime fortemente condenável pela generalidade da população, a tendência para que este caia numa cobertura menos idónea é relativamente elevada. A atuação mediática enquanto instância de escrutínio público, embora necessária para desencadear debates e investigações, coloca os profissionais de comunicação social perante uma contradição persistente: silenciar em nome da presunção de inocência pode equivaler à conivência com a impunidade, enquanto expor sem uma qualquer decisão judicial definitiva pode equivaler à condenação sumária. Este impasse tem sido recorrente ao longo do tempo, revelando, por isso, fragilidades tanto na cultura mediática como nos dispositivos institucionais da Igreja e do Estado.

Em paralelo, a centralidade da vítima tornou-se uma das marcas mais notórias da cobertura mediática deste tema, um pouco por todo o mundo. Diversos estudos apontam para uma mudança significativa no jornalismo contemporâneo, em que as vítimas deixam de ser apenas referidas como estatística e passam a ocupar o centro da narrativa, assumindo protagonismo através do seu testemunho pessoal. Dar voz às vítimas surge como uma forma de restituição simbólica, permitindo que experiências antes silenciadas adquirissem reconhecimento público. Esta centralidade, porém, não é isenta de riscos. O espaço mediático, ao reproduzir relatos intensamente emocionais e, por vezes, em contextos altamente dramatizados - programas televisivos, entrevistas de longa duração, reportagens, etc. -, corre o risco de transformar a dor em espetáculo. A revitimização, isto é, a repetição traumática da experiência pela exposição pública, é identificada como um dos fatores que pode agravar a vulnerabilidade das vítimas (Martins, 2021). A literatura evidencia, em contrapartida, que a figura do agressor permaneceu, em grande medida, numa zona de invisibilidade. Com frequência, as notícias referem genericamente “um padre”, “um membro do clero” ou “um responsável eclesiástico”, sem individualizar o percurso institucional ou as condições que permitiram a perpetração dos abusos. Essa invisibilidade pode ser interpretada como consequência da presunção de inocência, mas também como expressão do peso simbólico da Igreja Católica em Portugal. O efeito é paradoxal: enquanto a vítima é geralmente particularizada, o agressor é diluído numa categoria difusa, sem rosto, o que dificulta a responsabilização pública e impede a análise de padrões.

Outro elemento particularmente relevante é a linguagem utilizada pelos meios de comunicação social. A cobertura jornalística evidencia a utilização de dados fundamentalmente objetivos: números de testemunhos validados, estatísticas de género e idade, locais de ocorrência, distribuição cronológica e referências às decisões do Ministério Público. Uma linguagem de natureza informativa, sustentada na possibilidade de verificação e na transparência que confere credibilidade e densidade factual à cobertura. No entanto, em paralelo, os órgãos de comunicação social proliferaram expressões carregadas de uma conotação moral e religiosa: “romper o silêncio”, “horror dos abusos”, “crime contra a inocência”. Títulos de reportagens e imagens televisivas que enfatizaram frequentemente a “escuridão”, a vergonha e a redenção, mobilizando um repertório simbólico próximo do vocabulário religioso que a própria Igreja Católica utiliza. Este recurso à linguagem emocional pode compreender-se como positiva se

levarmos em consideração a possibilidade de intensificação da empatia social e da mobilização moral da opinião pública. Contudo, também pode simplificar a complexidade estrutural do fenómeno, transformando-o num drama individualizado ou num espetáculo de indignação, mais do que num objeto de análise crítica e de responsabilização sistémica.

Outro dos aspetos apontados na literatura prende-se com a insuficiente problematização das estruturas de poder que tornaram possível, e em muitos casos perpetuaram, situações de violência. Como sublinha Doyle (2006), a gestão institucional dos abusos foi historicamente marcada por práticas de ocultação sistemática, que incluíram a transferência de sacerdotes entre dioceses, a falta de colaboração com autoridades civis e a manutenção de uma cultura interna de clericalismo e opacidade. Esta lógica de autopreservação institucional foi aquilo que frequentemente se sobrepôs à proteção das vítimas, reproduzindo, por consequência, mecanismos de silêncio e impunidade. Neste contexto, o relatório da Comissão Independente em Portugal veio corroborar estas tendências, ao identificar uma rede de encobrimento institucional enraizada nas estruturas da Igreja. Gomes (2021) e Simões (2020) evidenciam que esse silêncio foi sustentado por uma combinação de poder simbólico, estratégias de contenção institucional e desresponsabilização hierárquica. No entanto, grande parte da cobertura mediática continua a privilegiar casos individuais, enfatizando testemunhos ou episódios particulares, em detrimento de uma análise crítica ao carácter sistémico e estrutural do problema. Tal estratégia narrativa corre o risco de produzir uma leitura fragmentada, que apresenta os abusos como incidentes isolados, em vez de os compreender como práticas profundamente enraizadas em relações de poder assimétricas.

Assim, a análise da cobertura mediática portuguesa sobre os abusos sexuais na Igreja Católica revela um campo de tensões e contradições. A denúncia pública convive com a exigência da presunção de inocência, a centralidade da vítima coexiste com o risco de revitimização, a exposição do sofrimento contrasta com a invisibilidade do agressor e a factualidade estatística cruza-se constantemente com a dramatização simbólica. Estes paradoxos não desvalorizam o papel fundamental dos órgãos de comunicação social na rutura do silêncio e na mobilização para mudanças legislativas e institucionais. Pelo contrário, evidenciam a complexidade do jornalismo em contextos de violência estrutural e de poder institucionalizado.

Neste sentido, após a revisão da literatura que permitiu mapear os principais contributos académicos e identificar as tensões mais recorrentes na cobertura jornalística dos abusos sexuais na Igreja Católica, tornou-se essencial avançar para uma análise sistemática do *corpus* definido para este estudo. Se, por um lado, a literatura oferece pistas sobre os enquadramentos discursivos, os dilemas éticos e as dinâmicas institucionais que moldam a narrativa mediática, por outro, a observação direta e a análise de peças jornalísticas possibilita compreender até que ponto essas tendências se verificam no contexto português atual. Assim, a análise da amostra selecionada visa explorar em que medida as leituras existentes sobre o tema se aplicam ao contexto português e procura contribuir para a identificação de aspetos ainda pouco explorados na prática jornalística nacional. Este exercício constitui, portanto, a ponte entre o levantamento teórico e a investigação empírica, assegurando uma reflexão crítica que articula conhecimento consolidado e contributo original.

## **Capítulo III: Uma abordagem dos abusos na imprensa em Portugal**

*As religiões são poderes. E, como qualquer poder, económico, político ou social, devem estar sujeitas a um escrutínio rigoroso por parte da imprensa livre. Os resultados da ausência desse escrutínio sobre a atuação das comunidades religiosas estão à vista nos manuais de história.*

João Francisco Gomes

### 3.1. O estudo dos abusos sexuais na imprensa portuguesa

#### 3.1.1. Metodologia

A cobertura jornalística dos abusos sexuais na Igreja Católica representa um desafio à prática do jornalismo enquanto exercício ético, crítico e socialmente comprometido. A forma como os média abordam este fenómeno não se limita à função informativa, também participa ativamente na construção do discurso público, da visibilidade das vítimas, do escrutínio das instituições e da produção de memória coletiva como faz parte da teoria dos média. Nesse sentido, a análise da linguagem, das escolhas editoriais, dos enquadramentos narrativos, das omissões, assim como de outras variáveis, torna-se fundamental para compreender em que medida o jornalismo contribui, ou não, para a responsabilização institucional e justiça simbólica. Neste capítulo, propõe-se, por isso, uma análise de conteúdo de um conjunto de peças jornalísticas produzidas por órgãos de comunicação social portugueses, com o objetivo de identificar os modos como a temática dos abusos sexuais no íntimo da Igreja Católica foi mediatizada. Pretende-se perceber quais as estratégias discursivas utilizadas, que fontes foram privilegiadas, como se equilibra a tensão entre imparcialidade e empatia e de que forma surgem - ou são silenciados - os dilemas éticos e deontológicos que se atravessam neste tipo de cobertura.

Este exercício reveste-se de particular importância tendo em conta a complexidade e sensibilidade do tema em análise, que envolve vítimas tendencialmente vulneráveis, uma instituição com forte influência simbólica e social e uma herança histórica marcada por práticas de silêncio, negação e encobrimento. Assim, a abordagem metodológica adotada privilegia uma leitura qualitativa e interpretativa, que permite a identificação de padrões, significados latentes e estruturas discursivas que moldam a representação dos abusos sexuais na esfera mediática. Pretende-se, também, com esta análise, contribuir para uma reflexão crítica sobre o papel do jornalismo na exposição de realidades socialmente sensíveis, na defesa da dignidade das vítimas e no confronto com estruturas institucionais que, historicamente, beneficiaram de proteção e silêncio. Nos pontos seguintes, explicitar-se-á o processo de seleção do *corpus* jornalístico, os critérios de análise adotados e, posteriormente, apresentar-se-ão os principais resultados emergentes, organizados em torno dos temas identificados ao longo do processo de codificação e interpretação.

### 3.1.2. Amostra

A amostra deste trabalho é composta por 20 peças jornalísticas de quatro órgãos de comunicação social portugueses - *Expresso*, *Jornal de Notícias*, *Público* e *Correio da Manhã* - publicadas entre 13 de fevereiro e 20 de dezembro de 2023 - período durante o qual o tema dos abusos sexuais ganhou particular destaque em sequência da divulgação do relatório da Comissão Independente. A escolha destes meios procurou assegurar diversidade quanto à orientação editorial, ao público-alvo e ao posicionamento no espaço mediático, de modo a captar diferentes modos de enquadramento noticioso do fenómeno.

A seleção das peças obedeceu a um conjunto de critérios: em primeiro lugar, a relevância temática, uma vez que todos os textos analisados abordam, de forma direta ou indireta, casos de abuso sexual na Igreja Católica em Portugal; em segundo lugar, a diversidade de formatos, procurando contemplar diferentes modalidades discursivas do jornalismo: notícias, entrevistas, artigos de opinião e editoriais; em terceiro lugar, a representatividade mediática, assegurada através da escolha de meios de comunicação de alcance nacional, com diferentes posicionamentos editoriais, de forma a captar uma variedade de enquadramentos; em quarto lugar, a diversidade de perspetivas e estilos jornalísticos, garantindo que a análise não se restringe a um único registo ou linha editorial; por fim, considerou-se a acessibilidade pública das peças, requisito fundamental para a realização da análise textual. Do ponto de vista da distribuição formal, a amostra integra 14 notícias, 2 entrevistas, 3 artigos de opinião e 1 editorial.

A constituição da amostra seguiu um critério intencional, justificado pela natureza qualitativa da investigação e pela necessidade de compreender em profundidade os mecanismos discursivos e éticos subjacentes à cobertura jornalística dos abusos sexuais na Igreja. Assim, mais do que procurar representatividade estatística, privilegiou-se a análise e a possibilidade de captar diferentes modos de construção narrativa e enquadramento discursivo em torno de um tema de relevância social.

### 3.1.3. Análise Qualitativa

Foram construídas seis tabelas analíticas que permitiram organizar e sistematizar a informação referente à amostra recolhida, fundamentadas numa série de variáveis relacionadas com a estrutura noticiosa e agrupadas em três dimensões: abordagem e construção jornalística, linguagem e enquadramento e, por fim, dimensão ética e

deontológica. A Tabela 1 - não estando incluída nas três dimensões descritas - tem como objetivo a caracterização da amostra, reunindo os elementos fundamentais de identificação de cada peça jornalística, nomeadamente a data de publicação, o órgão de comunicação social em que foi veiculada, o título atribuído e o respetivo género jornalístico. As Tabelas 2 e 3 centram-se na abordagem e construção jornalística, contemplando variáveis especificamente definidas para compreender os critérios de enquadramento, o enfoque dado às diferentes dimensões do fenómeno em análise, bem como as opções de seleção e hierarquização da informação. As Tabelas 4 e 5, por sua vez, debruçam-se sobre a linguagem e o enquadramento discursivo, incidindo na identificação de recursos narrativos, campos semânticos, tonalidades predominantes e outros elementos linguísticos relevantes que possam moldar a forma como os factos são apresentados ao leitor. Por fim, a Tabela 6 foi concebida para analisar a dimensão ética e deontológica, incluindo variáveis que possibilitam avaliar o grau de observância dos princípios fundamentais da prática jornalística, nomeadamente, a proteção da identidade das vítimas, a precaução quanto ao uso de linguagem potencialmente revitimizadora, o equilíbrio entre a denúncia pública e o respeito pelo princípio da presunção de inocência e, ainda, a transparência relativamente às limitações na construção da notícia. Em conjunto, estas seis tabelas constituem a base estruturante da análise, permitindo uma leitura articulada e multidimensional das práticas jornalísticas adotadas nestes exemplos de tratamento mediático dos abusos sexuais na Igreja Católica.

Para listar os diferentes conteúdos em análise recorreu-se à identificação através do código “N” e o número da notícia pela ordem da sua publicação. O que pressupõe que a primeira notícia publicada é identificada como “N1” e a última como “N20”. Este código é o mesmo para as seis tabelas de análise.

## 3.2. Análise Noticiosa

A definição da amostra obedeceu a um processo de seleção criterioso, desenvolvido em várias etapas, que procurou garantir simultaneamente diversidade, relevância e consistência analítica. A recolha inicial integrou um número elevado de peças provenientes dos 4 órgãos de comunicação social, abrangendo diferentes géneros jornalísticos, linhas editoriais e enquadramentos discursivos. No entanto, ao proceder à triagem do material recolhido, tornou-se evidente que muitas dessas peças, apesar de publicadas por meios distintos, apresentavam sobreposições significativas: retratavam os mesmos protagonistas, citavam declarações idênticas ou refletiam versões muito semelhantes de acontecimentos relatados quase em simultâneo na esfera mediática. Este tipo de repetição, embora comum no ecossistema jornalístico contemporâneo, poderia introduzir enviesamentos ou redundâncias analíticas caso tais peças fossem incluídas de forma indiscriminada.

Assim, para assegurar a qualidade da amostra e evitar duplicações que pouco acrescentariam ao estudo, estabeleceu-se o critério de selecionar apenas a primeira peça jornalística registada na lista sempre que surgiam peças com o mesmo ator central ou com declarações substancialmente equivalentes. Esta opção permitiu preservar a diversidade temática e discursiva, impedindo que o corpus ficasse desproporcionadamente condicionado por protagonistas ou narrativas que, por razões conjunturais ou mediáticas, dominavam a cobertura noticiosa durante o período analisado. Adicionalmente, esta abordagem tornou possível constituir uma amostra equilibrada, onde cada peça escolhida contribui de forma distinta para o objeto de estudo, reduzindo ruído interpretativo e reforçando a profundidade da análise. No conjunto, o processo de seleção garantiu que as 20 peças escolhidas formassem uma amostra heterogénea e, simultaneamente, coerente, assegurando que cada delas acrescentava valor analítico ao *corpus* e contribuía de forma distinta para a compreensão do fenómeno em estudo.

### 3.2.1. Identificação da amostra

A identificação da amostra envolveu a organização de um conjunto de indicadores que permitem situar cada peça jornalística no seu contexto de produção. Foram, por isso, identificados: o título, a data de publicação, o género jornalístico e o órgão de comunicação social responsável pela sua difusão. A Tabela 1 concentra estes elementos, contribuindo para uma descrição estruturada do *corpus* de análise.

Tabela 1 - Identificação da amostra

Notícia	Data	Jornal	Título	Género
N1	13/02/23	Expresso	Abusos na Igreja: comissão recebeu 512 testemunhos validados de vítimas e enviou 25 casos para o MP	Notícia
N2	14/02/23	JN	António Costa assume choque perante relatório de abusos sexuais na Igreja	Notícia
N3	14/02/23	Expresso	Prescrição dos crimes sexuais na Igreja deve aumentar para os 40 ou 50 anos da vítima, defende bispo emérito Januário Ferreira	Notícia
N4	16/02/23	Público	Daniel Sampaio: "Se fosse bispo e tivesse ocultado casos [de abusos], resignaria"	Entrevista
N5	16/02/23	Público	Há vítimas de abusos sexuais na Igreja "em crise" após divulgação de relatório	Notícia
N6	03/03/23	Correio da Manhã	APAV diz que "ainda ficaram muitas perguntas por responder" pela Igreja	Notícia
N7	08/03/23	Expresso	O abuso de menores é um crime, não é uma doença	Artigo de Opinião
N8	12/03/23	JN	Igreja ultima proposta para indemnizar vítimas de abuso	Notícia
N9	14/03/23	Correio da Manhã	Bispos asseguram que Igreja Católica em Portugal está num "ponto sem retorno" no combate aos abusos	Notícia
N10	16/03/23	Correio da Manhã	Três padres na lista de abusadores afastados temporariamente pela Diocese do Porto	Notícia
N11	05/04/23	Expresso	Padre suspeito de abuso sexual de menores detido por posse ilegal de arma em Guimarães	Notícia
N12	14/05/23	Expresso	"Padres deviam ter educação sexual nos seminários": Ricardo Barroso é psicólogo e acompanhará o tratamento dos abusadores sexuais da Igreja	Entrevista
N13	15/05/23	Correio da Manhã	Defesa de ex-padre contesta crimes de abuso sexual de crianças e alega nulidade da acusação	Notícia
N14	02/08/23	Público	O Papa e "o grito" do sofrimento dos abusos sexuais	Editorial
N15	17/08/23	Público	Abusos sexuais: o que diria o Papa se ouvisse este jovem?	Artigo de Opinião
N16	09/10/23	JN	"Muitas vítimas de abusos sexuais descompensaram durante a Jornada da Juventude"	Notícia
N17	31/10/23	Público	O desafio para a Igreja Católica em lidar com autores de abusos sexuais na instituição	Artigo de Opinião
N18	03/11/23	JN	Cinco vítimas de abusos sexuais pedem indemnização à Igreja	Notícia
N19	16/11/23	Correio da Manhã	Relatório de abusos sexuais na Igreja Católica levou a aumento de denúncias	Notícia
N20	20/12/23	JN	De 44 inquéritos por abusos na Igreja só 14 estão em investigação	Notícia

### 3.2.2. Abordagem e Construção Jornalística

A análise das peças jornalísticas foi orientada por uma grelha de codificação construída em duas dimensões complementares: Abordagem e Construção Jornalística. Esta opção metodológica visou responder à necessidade de captar, por um lado, a orientação temática e a pluralidade de vozes que estruturam a notícia e, por outro, os mecanismos discursivos e narrativos mobilizados na sua construção.

Na dimensão da Abordagem Jornalística (Tabela 2), a variável “enfoque” permitiu identificar o tema central de cada peça, distinguindo entre textos de carácter factual (por exemplo, divulgação de relatórios, decisões judiciais ou afastamentos de padres), reações institucionais (Igreja, Governo, Papa) e artigos de opinião ou reflexão crítica. A variável “fontes” registou a natureza dos atores citados, permitindo mapear a diversidade ou homogeneidade das perspetivas convocadas (eclesiásticas, políticas, judiciais, associativas, especializadas ou das próprias vítimas). A variável “vozes” teve como objetivo aferir o equilíbrio discursivo, codificando se a cobertura oferecia uma representação plural ou se havia predomínio de uma voz específica, condição determinante para compreender eventuais assimetrias no espaço mediático concedido a diferentes atores sociais.

Na dimensão da Construção Jornalística (Tabela 3), a variável “presença de dados” foi classificada como baixa, média ou alta, consoante o recurso a números, estatísticas e relatórios oficiais, enquanto indicador da ancoragem factual das peças. O “grau de contextualização” avaliou a densidade interpretativa, distinguindo entre um enquadramento mínimo (centrado apenas no acontecimento imediato), médio (com referências a relatórios ou casos prévios) e alto (quando o jornalista acrescenta análise histórica, social ou comparativa). A variável “recursos narrativos”, por sua vez, analisou as estratégias discursivas utilizadas, entre as quais: citações oficiais e institucionais (que reforçam a credibilidade da peça), testemunhos de vítimas (que introduzem experiência vivida e dimensão emocional), entrevistas aprofundadas (que aportam especialização), linguagem emotiva e metáforas (que intensificam a carga simbólica) e argumentação técnica, jurídica ou opinativa (que acrescenta autoridade interpretativa).

Tabela 2 - Abordagem jornalística

Notícia	Enfoque	Fontes	Vozes
N1	Apresentação do relatório da Comissão Independente	Comissão Independente, Laborinho Lúcio, Daniel Sampaio, Ana Vasconcelos, CEP, Ministério Público	Equilíbrio
N2	Reação do primeiro-ministro ao relatório da Comissão Independente	António Costa, Comissão Independente, Igreja/CEP	Predomínio Políticos/Instituições
N3	Bispo emérito defende aumento dos prazos de prescrição para 40–50 anos	Bispo Emérito, Comissão Independente, Laborinho Lúcio	Predomínio Igreja/Bispo
N4	Entrevista/análise crítica sobre ocultação sistémica e respostas a vítimas	Daniel Sampaio	Unívoca
N5	Impacto emocional nas vítimas após o relatório; pedidos de apoio	Ângelo Fernandes (Quebrar o Silêncio), Vítimas	Predomínio Vítimas
N6	Posição da APAV; pedidos de clarificação e indemnizações	APAV, CEP	Predomínio APAV
N7	Opinião: abuso é crime, não doença	Especialista, Diretiva 2011/93/UE, referência ao PREVEN-IT	Unívoca
N8	Igreja ultima proposta para indemnizar vítimas	CEP, Grupo Vita, Juristas Católicos	Predomínio Igreja
N9	CEP declara “ponto sem retorno” e anuncia medidas e revisão de diretrizes	CEP, Comissão Independente	Predomínio Igreja
N10	Diocese do Porto afasta temporariamente três padres suspeitos	Diocese do Porto, Comissão Independente	Predomínio Igreja/Diocese
N11	Busca da PJ e detenção por arma ilegal de padre suspeito	Polícia Judiciária, Arquidiocese/Diocese de Braga, Paroquianos	Predomínio Autoridades
N12	Entrevista a especialista sobre prevenção e acompanhamento de abusadores	Ricardo Barroso, Igreja (enquadramento)	Unívoca
N13	Defesa de ex-padre contesta acusação e pedu nulidade	Defesa, Ministério Público, Tribunal/PGR	Predomínio da Defesa
N14	Intervenção do Papa: apelo a escutar o “grito do sofrimento”; crítica ao clericalismo	Papa Francisco, Bispos, Comissão Independente	Predomínio Igreja/Papa
N15	Opinião crítica sobre crenças que culpabilizam vítimas; referência à JMJ	Referência a Vítimas e ao Papa	Unívoca
N16	Especialistas relatam agravamento de sintomas durante a JMJ	Rute Agulhas, Ricardo Barroso	Equilíbrio
N17	Análise dos critérios para reintegração e risco de reincidência	Especialistas, Grupo Vita, Referência à Igreja	Predomínio Opinião
N18	Pelo menos cinco vítimas avançam com pedidos de indemnização; petição para CEP e AR	Vítimas, Advogados, Grupo Vita, Associação Coração Silenciado	Predomínio Vítimas
N19	PJ regista aumento de denúncias após relatório	Polícia Judiciária, Comissão Independente	Predomínio Autoridades
N20	Balanço do MP: 44 inquéritos instaurados; 14 em investigação	Ministério Público/PGR, Grupo Vita, Patriarcado de Lisboa	Predomínio Autoridades

Tabela 3 - Construção jornalística

<b>Notícia</b>	<b>Presença de Dados</b>	<b>Grau de Contextualização</b>	<b>Recursos Narrativos</b>
N1	Alta	Alto	Citações oficiais, Testemunhos de vítimas, Metáforas, Discurso técnico e estatístico
N2	Média	Médio	Citações Oficiais
N3	Média	Médio	Declarações Clericais, Argumentação Ética e Referências Jurídicas
N4	Média	Alto	Entrevista Aprofundada, Reflexão Crítica, Metáfora
N5	Média	Médio	Testemunhos, Linguagem Emotiva
N6	Média	Médio	Citações institucionais, Discurso técnico e Comparativo
N7	Baixa	Médio	Opinião e Argumentação, Metáforas, Referências Jurídicas
N8	Média	Baixo	Declarações Oficiais
N9	Média	Médio	Declarações Institucionais, Linguagem de Compromisso, Metáforas
N10	Média	Baixo	Notas Oficiais, Declarações Institucionais
N11	Baixa	Médio	Citações Oficiais, Relato Factual, Discurso Jurídico
N12	Baixa	Médio	Entrevista, Linguagem Técnica
N13	Baixa	Médio	Declarações Jurídicas, Argumentação Processual
N14	Média	Alto	Declarações do Papa, Linguagem Emotiva, Metáforas
N15	Média	Alto	Opinião e Argumentação, Linguagem Emotiva, Exemplos Simbólicos
N16	Baixa	Baixo	Relatos de Casos, Linguagem Técnica
N17	Média	Alto	Argumentação, Linguagem Técnica, Metáforas
N18	Média	Baixo	Declarações Oficiais, Testemunhos de Vítimas
N19	Média	Baixo	Citações Oficiais, Referência Histórica, Discurso Jurídico
N20	Média	Médio	Declarações Oficiais, Enumeração de Causas, Discurso Jurídico

### 3.2.2.1. Interpretação das Tabelas 2 e 3

A análise das vinte peças jornalísticas revela um panorama marcado por uma forte assimetria na distribuição das “vozes” e na hierarquia das “fontes”, evidenciando o predomínio de fontes institucionais - nomeadamente a Igreja/CEP, a Comissão Independente e autoridades judiciais e políticas - que assumem um papel central na construção da narrativa pública. Embora as vítimas estejam representadas em algumas peças, sobretudo em notícias que abordam o impacto emocional e os pedidos de apoio (N5, N18), a sua visibilidade é frequentemente mediada por associações ou especialistas. Esta intermediação confirma o que a literatura tem identificado como uma característica recorrente do enquadramento mediático de problemáticas sociais, em que as estruturas de poder institucional assumem a prerrogativa da enunciação, relegando outras vozes a uma posição secundária. No que concerne o enfoque temático, os conteúdos distribuem-se pluralmente numa variedade de ângulos em que parte das peças privilegia os relatos de sofrimento e as consequências emocionais dos abusos e a outra foca-se nas propostas institucionais de reparação e indemnização, evidenciando o esforço da Igreja e de entidades jurídicas em responder ao relatório da Comissão Independente. Além disso, surgem também reações políticas, debates sobre prazos de prescrição e responsabilidades legais remetendo o problema para a esfera técnico-jurídica e sugerindo uma tentativa de enquadramento que, em certa medida, neutraliza o carácter ético e estrutural dos abusos ao traduzi-los em termos de normas e procedimentos. Esta diversidade de ângulos confirma a complexidade do fenómeno, mas expõe, também, a dispersão do discurso mediático, que ora se centra em dimensões humanas, ora sublinha questões técnicas, jurídicas e institucionais, afastando-o da sua dimensão ética e simbólica. Essa alternância evidencia, portanto, a coexistência de duas lógicas de cobertura: uma orientada para a humanização e para a denúncia crítica, e outra voltada para a gestão institucional e para a manutenção da ordem discursiva.

A presença de dados apresenta uma oscilação significativa: algumas notícias recorrem a informação detalhada, estatísticas e múltiplas fontes, como no caso da apresentação do relatório da Comissão Independente (N1), enquanto outras se sustentam sobretudo em declarações oficiais ou opiniões individuais (N7, N11, N12, N13, N16). Essa variação repete-se no grau de contextualização, onde se destacam peças que oferecem uma reflexão crítica mais densa e articulada (N4, N14, N15, N17) e outras que se limitam à reprodução de comunicados institucionais (N8, N10, N19, N20). Tal contraste revela uma tensão

entre práticas jornalísticas: de um lado, o jornalismo de investigação que problematiza causas e implicações e do outro, um jornalismo de transcrição que reforça a versão oficial e reduz a complexidade da problemática. Também os recursos narrativos utilizados contribuem para essa dualidade. Em algumas notícias, predomina a linguagem técnica, jurídica ou factual, como nos relatos sobre investigações judiciais ou processos de defesa (N11, N13, N20), ao passo que outras privilegiam uma abordagem marcada pela emotividade, pelo uso de metáforas ou pelo apelo simbólico, visível nos testemunhos de vítimas (N5) e nas declarações do Papa (N14). Esse contraste evidencia uma disputa discursiva: de um lado, o esforço em sublinhar a gravidade humana e social dos abusos e de outro, a tendência em enquadrá-los como meros procedimentos legais ou institucionais.

De forma geral, os resultados sugerem que, apesar de a temática dos abusos ter conquistado relevância mediática, a sua representação ainda se encontra fragmentada e marcada por assimetrias. A centralidade atribuída às instituições molda a forma como o fenómeno é enquadrado, condicionando a construção de uma narrativa que oscila entre a denúncia, a análise crítica e a reprodução de discursos oficiais. Essa alternância evidencia a dificuldade do jornalismo em manter um equilíbrio consistente entre o exercício de escrutínio e as lógicas comunicacionais que estruturam a relação com fontes institucionais. Tal configuração discursiva não é neutra: ao destacar determinadas vozes e privilegiar certos recursos narrativos, a cobertura mediática influencia a perceção social do problema, podendo contribuir tanto para a sua banalização quanto para o seu reconhecimento enquanto questão estrutural e urgente.

### 3.2.3. Linguagem e Enquadramento Jornalístico e Frequência Lexical

A análise da dimensão linguística e discursiva da amostra (Tabela 4) assentou em três variáveis centrais: “tonalidade predominante”, “adjetivos/qualificativos” e “metáforas/expressões figuradas”. A codificação destas variáveis em estudo permitiu uma melhor compreensão do modo como o discurso jornalístico, além da seleção temática e narrativa (Tabelas 2 e 3), é moldado por escolhas linguísticas que influenciam a interpretação do leitor. Desta forma, foi possível identificar padrões discursivos e estratégias narrativas utilizadas pelos órgãos de comunicação social em estudo.

A variável “tonalidade predominante” permitiu classificar cada peça em categorias como informativa/institucional (caracterizada pela neutralidade e pela reprodução de discursos oficiais), crítica (quando o texto assume postura avaliativa ou de questionamento), opinativa (associada à presença de análise ou comentário subjetivo) e empática/emocional (quando o foco recai sobre a experiência das vítimas e a evocação de sofrimento). Esta categorização permitiu compreender não só a orientação comunicativa, mas também o enquadramento editorial dominante de cada notícia. A variável “adjetivos/qualificativos” centrou-se na identificação de termos valorativos, distinguindo entre positivos, negativos e/ou neutros/descritivos. Esta codificação visou captar a intensidade expressiva e o peso emocional das peças, permitindo observar se a linguagem reforça o registo factual ou, pelo contrário, carrega de valor subjetivo a narrativa jornalística. A terceira variável, “metáforas/expressões figuradas”, procurou identificar o uso de imagens simbólicas e expressões idiomáticas, que funcionam como recursos estilísticos retóricos de simplificação e/ou dramatização. Estas foram codificadas em termos de presença ou ausência, tendo as expressões sido transcritas das peças e identificadas na tabela.

Para complementar esta análise qualitativa, foi conduzido um exercício de análise lexical com o objetivo de identificar as cinco palavras ou expressões mais frequentes e preponderantes em cada uma das vinte peças jornalísticas. O procedimento assentou em várias etapas metodológicas que garantiram rigor e consistência na contagem. Em primeiro lugar, procedeu-se à normalização do corpus textual, convertendo todas as palavras para minúsculas e unificando variações de acentuação (por exemplo, “vítima” e “Vitima” foram contabilizadas em conjunto) e de número (“abuso” e “abusos” foram somados sob a mesma entrada). Esta estratégia evitou dispersões e assegurou uma frequência acumulada por conceito. Em segundo lugar, aplicou-se uma filtragem de *stopwords*, eliminando-se todas as palavras funcionais da língua portuguesa (conjunções, advérbios, pronomes e verbos auxiliares: como, mas, e, não, disse, entre outras), bem como termos genéricos que não acrescentam valor temático à análise. O foco centrou-se exclusivamente em substantivos e expressões compostas diretamente relevantes para a cobertura jornalística dos abusos sexuais na Igreja. Seguidamente, definiu-se uma grelha de termos temáticos construída a partir do próprio *corpus* e dos referenciais de análise, incluindo conceitos como abuso, vítima, padre, bispo, Igreja, Comissão Independente, relatório, prescrição, denúncia, tribunal, indemnização, Papa Francisco, Ministério Público, Polícia Judiciária, Conferência Episcopal Portuguesa, Diocese, entre outros. As

expressões compostas foram tratadas como unidades únicas (por exemplo, Ministério Público ou Comissão Independente), garantindo que não eram fragmentadas em palavras isoladas. Após a contagem das ocorrências em cada peça, foram selecionados os cinco termos mais frequentes por notícia, resultando numa tabela comparativa. Esta sistematização permitiu identificar não apenas os núcleos semânticos dominantes em cada texto, mas também padrões de repetição lexical no conjunto das vinte peças.

*Tabela 4 - Linguagem e enquadramento jornalístico*

Notícia	Tonalidade Predominante	Adjetivos/Qualificativos	Metáforas/Expressões Figuradas
N1	Informativa/Institucional	Negativos ("grave", "chocante")	Não
N2	Informativa/Institucional	Positivo ("transparência"); Negativos ("chocante", "perturbador")	Não
N3	Crítica	Neutros/Descritivos ("legal", "possível")	Não
N4	Crítica	Negativos ("grave", "insensível")	Sim ("elite institucionalizada")
N5	Empática/Emocional	Negativos ("dolorosa", "indesejadas")	Sim ("reviver constantemente as suas próprias histórias")
N6	Crítica	Negativos ("não claro", "pouco visível")	Não
N7	Opinativa	Negativos ("hediondo", "disfuncional")	Sim ("sacudir a água do capote")
N8	Informativa/Institucional	Neutros/Descritivos ("jurídico")	Não
N9	Informativa/Institucional	Positivos ("coragem", "esperança", "confiança")	Sim ("ponto sem retorno", "abre portas à esperança")
N10	Informativa/Institucional	Neutros/Descritivos ("fiáveis")	Sim ("ponta do iceberg")
N11	Informativa/Institucional	Negativos ("ilegal", "suspeito")	Não explícitas, mas o texto contém dramatização narrativa
N12	Opinativa	Positivos ("genuíno", "necessário"); Negativos ("repulsivo", "preocupante")	Sim ("não serem abandonados ao Deus-dará", "um caminho que não volta atrás")
N13	Informativa/Institucional	Negativos ("insuficiente", "diabólica", "infrutíferas")	Sim ("prova diabólica")
N14	Crítica	Positivos ("esperança", "compromisso"); Negativos ("arrogantes", "trágico", "duro")	Sim ("príncipe do fim das trevas", "grito do sofrimento", "desfigurar o rosto da igreja", "puxão de orelhas")
N15	Opinativa	Positivos ("positivo"); Negativos ("atrocidades", "hediondos", "impunidade", "distorcidas", "perniciosas")	Sim ("pôr-se a jeito")
N16	Empática	Positivos ("capacitação"); Negativos ("culpa", "vergonha", "sofrimento")	Sim ("aura divina", "morrer sem contar", "quebrar o silêncio")
N17	Opinativa	Positivos ("legítimo", "transformação"); Negativos ("impunidade", "ocultação", "riscos", "inadequação")	Não
N18	Crítica	Negativos ("mal", "sofrimento", "humilhação")	Não
N19	Informativa/Institucional	Neutros/Descritivos ("significativo", "validado")	Não (uso de comparação histórica em vez de metáfora)
N20	Informativa/Institucional	Positivos ("acompanhamento", "preventivo"); Negativos ("arquivados", "inadmissibilidade", "prescrição")	Sim ("ponta do iceberg")

*Tabela 5 - Frequência lexical*

<b>Notícia</b>	<b>Palavras/Expressões Predominantes</b>
N1	Vítimas; Abusos; Comissão; Casos; Igreja
N2	Igreja; Abusos; Comissão; Relatório; Testemunho
N3	Bispo; Prescrição; Crime; Vítimas; Igreja
N4	Igreja; Abuso; Comissão; Vítimas; Bispo
N5	Vítimas; Abusos; Igreja; Comissão; Relatório
N6	Igreja; APAV; Comissão; CEP; Diocese
N7	Crime; Menores; Abuso; Perturbação; Crianças
N8	CEP; Vítimas, Proposta; Reunião; Igreja
N9	Igreja; Abusos; Vítimas; Portugal; Comunicado
N10	Diocese; Abuso; Comissão; Padres; Suspeitos
N11	Sacerdote; Padre; Abuso; Menores; Autoridades
N12	Abuso; Igreja; Padre; Vítimas; Intervenção
N13	Crime; Abuso; Defesa; Arguido; MP
N14	Igreja; Abuso; Papa; Bispo; Portugal
N15	Abuso; Vítimas; Igreja; Agressores; Problemas
N16	Igreja; Vítima; Grupo VITA; Impacto; Abuso
N17	Abuso; Igreja; Processo; Risco; Reincidência;
N18	Igreja; Vítimas; Indemnizações; Abuso; Processo
N19	Comissão; Relatório; PJ; Denúncia; Igreja
N20	Investigação; Inquéritos; Queixas; PGR; Vítimas

### 3.2.3.1. Interpretação das Tabelas 4 e 5

A análise das peças jornalísticas no eixo da linguagem e do enquadramento discursivo permitiu identificar padrões consistentes quanto ao estilo predominante, ao tipo de metáforas e expressões utilizadas e à centralidade de certos termos e palavras no discurso mediático. No que respeita à tonalidade predominante, observa-se que a maioria das notícias se situa num registo informativo/institucional, o que revela uma clara orientação para a divulgação de declarações oficiais e de dados relacionados com o processo. Contudo, destacam-se também algumas peças com tonalidade crítica e opinativa, bem

como textos que privilegiam um enquadramento mais empático/emocional, sobretudo quando se enfatiza o sofrimento das vítimas. Esta diversidade demonstra que a cobertura não se limita a uma reprodução factual, mas incorpora igualmente elementos de análise e de reflexão. Relativamente ao uso de adjetivos e qualificativos, a tendência dominante é a mobilização de termos negativos, como “grave” (N1), “chocante” (N1, N2), “impunidade” (N15, N17) ou “hediondo” (N7, N15), que funcionam como intensificadores do impacto do discurso e reforçam a gravidade das situações retratadas. Em contrapartida, registam-se também ocorrências de qualificativos positivos, associados sobretudo à esperança, ao compromisso ou à necessidade de transformação, geralmente vinculados às reações institucionais. Além disso, surgem adjetivos neutros/descritivos, de carácter jurídico ou técnico, como “legal” (N3) ou “jurídico” (N8), mais presentes nas peças de enquadramento legislativo ou processual. No que toca às metáforas e expressões figuradas, nota-se um recurso significativo a dispositivos retóricos de dramatização, ainda que nem sempre sistemático. Expressões como “ponto sem retorno” (N9), “ponta do iceberg” (N10, N20), “elite institucionalizada” (N4) ou “prova diabólica” (N13) funcionam como estratégias de simplificação narrativa, capazes de condensar realidades complexas em imagens de forte impacto simbólico. A sua utilização reforça o efeito emocional e facilita a apropriação pública dos conteúdos, ainda que também introduza riscos de excesso de dramatização, podendo, em certos casos, levar a uma interpretação sensacionalista.

A análise da frequência de palavras e expressões predominantes (Tabela 5) confirma a centralidade de determinados eixos lexicais no enquadramento mediático. Entre os mais recorrentes destacam-se “abuso”, “vítimas”, “igreja” e “comissão”, que surgem de forma transversal nas peças, evidenciando a ancoragem do discurso nos elementos centrais do escândalo. Outros termos, como “relatório”, “prescrição”, “crime”, “tribunal”, “padres”, “bispo”, “Papa Francisco”, “Polícia Judiciária”, “Ministério Público” e “Conferência Episcopal Portuguesa”, aparecem associados a contextos específicos, refletindo a diversidade de ângulos explorados desde a responsabilização institucional até às dinâmicas processuais e judiciais.

De uma forma geral, os resultados apontam para uma cobertura que combina a reprodução de discursos oficiais com uma forte carga de qualificativos negativos e metáforas impactantes, construindo narrativas que procuram simultaneamente informar, interpretar e emocionar. A repetição sistemática de certos termos e expressões revela, por sua vez,

um léxico estabilizado que estrutura a forma como os abusos sexuais na Igreja são enquadrados mediaticamente, contribuindo para sedimentar imagens coletivas sobre a gravidade do fenômeno, a centralidade das vítimas e a necessidade de responsabilização institucional.

#### 3.2.4. Dimensão Ética e Deontológica

A análise da “dimensão ética e deontológica” das peças jornalísticas (Tabela 6) incidiu sobre quatro variáveis centrais. A primeira variável, “proteção da identidade das vítimas”, foi codificada de forma dicotômica - “sim”, “não” -, avaliando se os textos resguardavam adequadamente os elementos identificativos das vítimas, evitando a sua exposição direta ou indireta. Esta dimensão é fundamental, uma vez que o anonimato constitui uma salvaguarda ética indispensável em contextos de vitimização. A segunda variável, “linguagem revitimizadora”, analisou a eventual presença de formulações discursivas que pudessem reforçar estigmas, minimizar o sofrimento ou culpar as vítimas. A codificação distinguiu entre ausente (quando não se verificaram expressões desse tipo) e pontual (quando surgiram em momentos específicos do texto), procurando aferir em que medida o discurso jornalístico reproduz ou evita enquadramentos lesivos para os sobreviventes. A terceira variável, “equilíbrio entre a denúncia e a presunção de inocência”, teve como objetivo identificar se os textos procuravam conciliar o dever de denúncia com a salvaguarda da imparcialidade, nomeadamente no respeito pelo princípio da presunção de inocência. Foram considerados três códigos: equilíbrio (quando ambas as dimensões surgem representadas de forma ponderada), domínio da denúncia e domínio da defesa. Esta categorização permitiu compreender se os artigos favoreciam uma das perspectivas em detrimento da outra, revelando potenciais assimetrias discursivas. Por fim, a variável “transparência sobre limitações” avaliou em que medida os textos reconheciam explicitamente as dificuldades inerentes à cobertura jornalística de um tema sensível e complexo. Foram adotados três níveis - ausente, baixa e média - para indicar se os jornalistas explicitavam ou não constrangimentos relacionados com o acesso à informação, com a falta de dados ou com os limites das investigações em curso. A classificação “baixa” foi atribuída quando os jornalistas reconheciam de forma indireta ou apenas pontual as dificuldades da cobertura, por exemplo, mencionando a inexistência de certos dados ou a ausência de resposta por parte de uma fonte, mas sem desenvolver ou problematizar essas limitações no corpo do texto. Já a classificação “média” corresponde a situações em que os constrangimentos eram apresentados de modo mais

explícito e estruturado, com o jornalista a contextualizar os limites do processo de investigação jornalística. Inclui casos em que se explica a impossibilidade de confirmar determinadas versões, a falta de acesso a documentos, ou os condicionalismos decorrentes do segredo de justiça. Nestes exemplos, embora não haja uma reflexão sistemática sobre as condições do trabalho jornalístico, existe uma explicitação suficiente para que o leitor compreenda os obstáculos enfrentados na construção da notícia.

*Tabela 6 - Dimensão ética e deontológica*

Notícia	Proteção da identidade das vítimas	Linguagem revitimizadora	Equilíbrio entre a denúncia e presunção da inocência	Transparência sobre limitações
N1	Sim	Ausente	Equilíbrio	Média
N2	Sim	Ausente	Equilíbrio	Baixa
N3	Sim	Ausente	Predomínio da denúncia	Baixa
N4	Sim	Ausente	Equilíbrio	Ausente
N5	Sim	Ausente	Predomínio da denúncia	Baixa
N6	Sim	Ausente	Equilíbrio	Média
N7	Sim	Pontual	Predomínio da denúncia	Ausente
N8	Sim	Ausente	Equilíbrio	Baixa
N9	Sim	Ausente	Predomínio da denúncia	Baixa
N10	Sim	Ausente	Equilíbrio	Média
N11	Sim	Ausente	Equilíbrio	Média
N12	Sim	Ausente	Equilíbrio	Ausente
N13	Sim	Ausente	Predomínio da defesa	Média
N14	Sim	Ausente	Predomínio da denúncia	Baixa
N15	Sim	Pontual	Predomínio da denúncia	Ausente
N16	Sim	Ausente	Equilíbrio	Baixa
N17	Sim	Ausente	Equilíbrio	Ausente
N18	Sim	Ausente	Predomínio da denúncia	Média
N19	Sim	Ausente	Equilíbrio	Baixa
N20	Sim	Ausente	Equilíbrio	Média

### 3.2.4.1. Interpretação da Tabela 6

A análise da amostra permite constatar uma uniformidade assinalável no cumprimento do princípio de “proteção da identidade das vítimas” observando-se, na totalidade dos casos, a supressão de elementos identificativos diretos - incluindo a anonimização de testemunhos - e o recurso a dados agregados ou generalizações descritivas que salvaguardam a privacidade. Esta postura evidencia uma consciência ética consolidada por parte dos jornalistas no tratamento de um tema de elevada sensibilidade social e emocional. De igual modo, a generalidade das peças analisadas revela a atenção na utilização da “linguagem potencialmente revitimizadora”, sendo privilegiada uma terminologia moderada e factual, evitando pormenores gráficos ou narrativas sensacionalistas que pudessem expor as vítimas a sofrimento acrescido ou a novas formas de estigmatização. Apenas duas notícias (N7, N15) recorreram pontualmente a formulações que poderiam ser interpretadas como revitimizadoras, o que reforça a ideia de que, de forma geral, o discurso jornalístico evitou reproduzir estigmas, minimizar o sofrimento ou culpabilizar os sobreviventes. No que respeita ao “equilíbrio entre a denúncia e a presunção de inocência”, observa-se, na maioria dos casos, uma tentativa de salvaguardar este binómio, quer através da inclusão de perspetivas institucionais e jurídicas, quer pela contextualização dos factos enquanto alegações em investigação, mitigando o risco de julgamento antecipado. Ainda assim, identificaram-se peças onde a predominância de determinadas vozes ou enquadramentos poderá enviesar a perceção pública, mesmo que de forma não intencional, evidenciando o desafio de manter uma cobertura simultaneamente assertiva e equilibrada num tema de elevada carga emocional. Por contraste, a transparência sobre as limitações na construção da notícia apresenta-se como a dimensão mais deficitária. As referências explícitas a constrangimentos na recolha de dados, ausência de determinadas fontes ou impossibilidade de confirmar alguns elementos e informações são raras, surgindo, quando muito, de forma implícita através da menção a processos judiciais em curso ou à indisponibilidade de determinados interlocutores. Esta ausência de explicitação, embora compreensível no quadro da prática noticiosa, fragiliza a perceção de rigor e autorreflexividade editorial, podendo comprometer a literacia mediática do público e a compreensão da complexidade do processo jornalístico.

Quanto ao equilíbrio entre a denúncia e a presunção de inocência, os resultados mostram um cenário mais diversificado. Em várias peças observa-se um equilíbrio entre ambas as

dimensões, o que demonstra preocupação em não comprometer a imparcialidade jornalística. Contudo, existem casos de predomínio da denúncia (N3, N5, N7, N9, N14, N15 e N18), que podem traduzir um maior alinhamento com a urgência de dar visibilidade às acusações e ao impacto social dos abusos. Registou-se ainda um caso de predomínio da defesa, em que a narrativa se aproximou mais das justificações ou argumentos de inocência. Estes dados indicam que, embora exista uma tendência para a procura de equilíbrio, a cobertura nem sempre conseguiu manter uma simetria plena entre denúncia e presunção de inocência.

Por fim, a análise da transparência sobre limitações evidencia resultados mais heterogêneos. Em algumas peças, os jornalistas reconheceram explicitamente os constrangimentos da investigação jornalística, assinalando as dificuldades no acesso a dados e as limitações do trabalho de apuração. No entanto, em várias notícias esta dimensão foi classificada como baixa ou ausente, refletindo uma prática ainda pouco consolidada de explicitação das condições em que o trabalho jornalístico é realizado. Este dado sugere a necessidade de uma maior cultura de transparência, fundamental para reforçar a credibilidade das notícias perante o público.

Em síntese, os resultados mostram uma cobertura jornalística globalmente alinhada com princípios éticos, sobretudo no que diz respeito à proteção das vítimas e à ausência de linguagem revitimizadora. Contudo, subsistem desafios no equilíbrio entre denúncia e presunção de inocência e, sobretudo, na explicitação das limitações do trabalho jornalístico, aspetos que têm impacto direto na perceção pública da imparcialidade e da robustez informativa.

## **Capítulo IV: Contributos em Primeira Voz**

## 4.1. Entrevistas

Para além da análise qualitativa das peças jornalísticas selecionadas (ponto anterior), esta investigação integrou também um conjunto de entrevistas com o propósito de aprofundar a compreensão do fenómeno em análise, contextualizando-o a partir das experiências e perspetivas dos intervenientes. O recurso à entrevista foi considerado pertinente porque, como destaca Kvale (1996), esta técnica permite aceder não só a informação factual, mas também a perceções, interpretações e experiências subjetivas que dificilmente poderiam ser captadas por outras vias.

### 4.1.1. Metodologia

A realização das entrevistas surgiu inicialmente como uma estratégia exploratória, concebida com o propósito de aprofundar a compreensão sobre a forma como os meios de comunicação social em Portugal trabalham a questão dos abusos sexuais na Igreja Católica. O objetivo central não foi, numa primeira fase, a produção de dados sistematizados que permitissem uma análise comparativa, mas sim a recolha de perspetivas qualificadas que contextualizassem a análise das peças jornalísticas e enriquecessem a reflexão crítica em torno do objeto de estudo. Neste sentido, as entrevistas assumiram um papel complementar à análise documental, funcionando como um meio de ampliar o olhar analítico. Por um lado, possibilitaram aceder a interpretações e leituras que não emergem apenas da observação das notícias, permitindo confrontar o discurso jornalístico com o olhar direto de profissionais e especialistas. Por outro, permitiram recolher perceções sobre critérios editoriais, limitações práticas e dilemas éticos que atravessam a cobertura mediática dos abusos sexuais, aspetos que muitas vezes permanecem invisíveis para o leitor comum, mas que são fundamentais para compreender os mecanismos internos da produção noticiosa.

As entrevistas permitiram, ainda, introduzir na dissertação uma dimensão humana e experiencial, difícil de captar exclusivamente através do *corpus* textual. Ao dar espaço a vozes diretamente implicadas na reflexão sobre o fenómeno, tornou-se possível captar nuances, sensibilidades e inquietações que excedem os limites da linguagem noticiosa e que permitem uma aproximação diferente ao tema. Por fim, importa sublinhar que o material recolhido através das entrevistas foi pensado desde o início como um recurso multimodal, suscetível de ser trabalhado também em formato audiovisual, nomeadamente

num documentário. Assim, pode afirmar-se que as entrevistas não tiveram como finalidade construir um conjunto numeroso e estatisticamente representativo de participantes relativamente ao universo mediático analisado. O objetivo principal centrou-se na recolha de testemunhos e interpretações que ajudassem a compreender os significados, práticas e perceções associados ao fenómeno em estudo. Esta opção qualitativa procurou complementar a análise das peças jornalísticas, permitindo, de igual forma, enquadrar e interpretar os resultados provenientes da análise das peças jornalísticas

#### 4.1.2. Seleção dos entrevistados

A seleção dos entrevistados foi orientada pelo objetivo de reunir contributos provenientes de diferentes áreas diretamente envolvidas na problemática em análise, de modo a construir uma visão abrangente e multifacetada do fenómeno. Procurou-se, assim, articular três dimensões fundamentais: a perspetiva institucional e eclesial da Igreja Católica, o olhar técnico-científico da psicologia e a experiência prática do jornalismo, particularmente no que se refere à cobertura mediática de casos de abuso sexual. A opção por este conjunto de vozes partiu da convicção de que apenas um diálogo interdisciplinar permitiria compreender em maior profundidade não só a forma como os meios de comunicação tratam o tema, mas também as tensões, responsabilidades e implicações sociais que dele decorrem.

No plano religioso, foi entrevistado o padre Paulo Terroso que exerce funções pastorais na Arquidiocese de Braga, nomeadamente na Basílica dos Congregados – onde inclusivamente foi conduzida a entrevista. A sua experiência pastoral e a proximidade com as comunidades católicas revelaram-se particularmente relevantes aquando da escolha dos entrevistados. Do ponto de vista da psicologia, foram incluídos dois profissionais de contextos distintos, mas complementares. A psicóloga Rute Agulhas, coordenadora do Grupo VITA, organismo criado pela Conferência Episcopal Portuguesa para o acompanhamento de vítimas de abusos sexuais. O seu contributo é relevante não só pela experiência clínica, mas também pelo papel ativo que desempenha no desenho de respostas institucionais de apoio às vítimas, articulando ciência psicológica com políticas de intervenção. O segundo entrevistado foi o psicólogo Ricardo Barroso, professor universitário e investigador, com vasta produção científica sobre vítimas, abusadores e saúde mental. O seu testemunho acrescenta uma dimensão mais analítica e reflexiva sobre

os impactos psicológicos dos abusos e sobre a forma como estes são retratados na esfera pública. Finalmente, no campo jornalístico foram entrevistados dois profissionais com trabalhos na cobertura de assuntos religiosos e sociais: João Francisco Gomes, do jornal Observador, e António Marujo, do jornal 7MARGENS. O primeiro tem-se destacado pela investigação jornalística ao papel da Igreja Católica na sociedade portuguesa, enquanto o segundo é um experiente jornalista na cobertura de temas religiosos, tendo desenvolvido ao longo da sua carreira uma abordagem sobre a relação entre religião, ética e espaço público. A presença destes jornalistas garantiu dois exemplos das práticas mediáticas, das dificuldades enfrentadas na investigação de casos de abuso e das opções editoriais subjacentes à sua divulgação.

No seu conjunto, este grupo de cinco entrevistados assegura uma amostra diversificada, embora não representativa em termos estatísticos, capaz de apresentar diferentes dimensões da problemática em estudo. A escolha assentou, portanto, num critério qualitativo e estratégico, privilegiando a relevância da experiência profissional e o valor testemunhal de cada participante. Este desenho permitiu articular discursos provenientes de esferas distintas, mas interligadas, oferecendo um quadro mais autêntico e complexo para compreender as dinâmicas entre Igreja, vítimas, especialistas e meios de comunicação social na construção da perceção pública do problema dos abusos sexuais em Portugal.

#### 4.1.3. Processo de recolha e gravação

A recolha das entrevistas foi realizada em formato vídeo, mediante consentimento dos participantes, com recurso a equipamento simples, mas adequado para garantir condições mínimas de qualidade de som e imagem. A escolha do formato audiovisual decorreu não só do facto de este ser um suporte mais dinâmico e acessível, que pode envolver o espectador de forma diferente quando comparado a um texto escrito, mas também da perceção de que o registo em vídeo poderia permitir preservar melhor a expressividade e a dimensão emocional dos testemunhos. As entrevistas seguiram um guião semi-estruturado, que deixou espaço para que os entrevistados desenvolvessem livremente as suas ideias, assegurando simultaneamente a comparabilidade de alguns tópicos-chave, nomeadamente os critérios editoriais na cobertura mediática, as dificuldades enfrentadas pelos jornalistas e a sensibilidade do tratamento do tema.

A duração das conversas variou consoante a disponibilidade e o envolvimento de cada entrevistado, situando-se, em média, entre uma hora e uma hora e meia. O processo decorreu num ambiente relativamente informal, procurando criar condições de confiança e conforto que facilitassem a partilha de perspetivas sobre uma problemática complexa, atravessada por dimensões éticas, sociais e institucionais. Ainda que, numa fase inicial, o material tivesse sido pensado apenas como apoio exploratório para a análise das notícias, a riqueza e a diversidade dos testemunhos levaram posteriormente à decisão de compilar os registos num formato de documentário, que acompanha o presente trabalho como produto complementar.

#### 4.1.4. Processo de montagem e edição

O processo de edição e montagem do documentário constituiu uma etapa essencial para transformar o conjunto de entrevistas gravadas num produto audiovisual. Após a recolha dos testemunhos, procedeu-se a uma seleção criteriosa dos excertos mais relevantes, tendo em conta a pertinência dos conteúdos para os objetivos do trabalho de projeto, a clareza das intervenções e a complementaridade entre as diferentes vozes. Esta curadoria do material bruto foi realizada com o cuidado de respeitar a integridade do discurso dos entrevistados, evitando cortes que pudessem descontextualizar as suas afirmações ou comprometer a fidelidade do registo.

A montagem seguiu uma lógica temática, procurando organizar os excertos de acordo com os principais eixos de análise: a religião enquanto poder e o conseqüente exercício do escrutínio dos poderes, as práticas jornalísticas na cobertura desta problemática, os dilemas éticos e deontológicos que enfrentam e o problema do clericalismo negligenciado pelos média. Esta opção permitiu construir uma narrativa que conduz o espectador de uma dimensão mais institucional para uma perspetiva jornalística. No plano técnico, a edição foi orientada por critérios de simplicidade e clareza, privilegiando uma linguagem visual centrada no conteúdo dos testemunhos, adequada à gravidade do tema abordado. Foram inseridos elementos gráficos mínimos - como planos alusivos à temática, transições discretas, etc - de modo a facilitar a compreensão sem desviar a atenção do conteúdo central, que reside nos testemunhos dos entrevistados. Foram também utilizadas imagens de arquivo pela sua relevância face ao tema abordado, sendo a sua utilização estritamente limitada ao âmbito académico, sem fins de divulgação pública ou comercial. A banda sonora foi utilizada de forma equilibrada, apenas em momentos considerados

chave, para enquadrar o visionamento sem criar qualquer efeito de dramatização excessiva.

Este processo resultou num produto audiovisual com 28 minutos e 50 segundos de duração, que não pretende substituir a análise académica desenvolvida ao longo do trabalho de projeto, mas antes complementá-la, proporcionando uma dimensão multimédia que a escrita, por si só, dificilmente alcançaria. A edição e montagem foram, assim, concebidas como parte integrante da investigação, reforçando a articulação entre rigor científico e comunicação. Tal como sugere Nichols (2010), o documentário pode ser compreendido como “uma maneira de ver e de saber”, e neste caso, a linguagem documental foi mobilizada como ferramenta para dar a conhecer a realidade jornalística por trás deste fenómeno.

## Discussão

Esta investigação mostra-nos que os casos de abuso, envolvendo membros da Igreja Católica em Portugal, têm sido consistentemente tratados pelos jornalistas e pelos órgãos de comunicação social como uma questão judicial. A cobertura mediática, conduzida por jornalistas especializados na área da sociedade e justiça, tende a reportar os acontecimentos à “porta dos tribunais”, tratando-os como mais um caso de pedofilia, em que a condição sacerdotal do suspeito surge como elemento distintivo. Esta realidade corrobora o que McLaughlin (2012) designou de *trial by media*, em que o foco jornalístico acompanha sobretudo o passo a passo do processo no sistema judicial, reforçando a perceção de que o problema se resolve no plano da justiça penal. Embora tal abordagem assegure uma determinada objetividade, limita, por outro lado, a possibilidade de explorar dimensões mais estruturais, como os mecanismos de encobrimento e silenciamento. Nos casos analisados, bem como noutros semelhantes, a cobertura jornalística não aprofundou o que os entrevistados, João Francisco Gomes e Pe. Paulo Terroso, identificaram como a problemática do clericalismo. Um padrão institucional que se refere à lógica de distinção e privilégio associada ao clero, que reforça a autoridade hierárquica e inibe o escrutínio interno e externo da instituição. Este fenómeno constituiu, como hoje é reconhecido, um dos principais fatores que alimentaram o encobrimento sistemático dos abusos perpetrados por diversos membros da hierarquia, ao longo de várias décadas. A ausência de um olhar informado sobre o funcionamento interno da Igreja, aliado ao desconhecimento das dinâmicas institucionais e dos processos de formação nos seminários e nos centros de poder católico, bem como da história, doutrina e expressões culturais do fenómeno religioso em Portugal limitou significativamente a capacidade da imprensa de exercer um escrutínio sobre esta realidade.

Outro dos aspetos mais evidentes da análise é a centralidade atribuída às vozes institucionais, que se impõem como mediadoras privilegiadas do discurso jornalístico sobre o escândalo dos abusos sexuais na Igreja Católica. Em grande parte das peças, as declarações de representantes da Igreja, do Estado, de associações ou de instâncias jurídicas assumem protagonismo, estruturando a narrativa em torno da legitimidade conferida por cargos de poder. O efeito desta dinâmica é a cristalização de uma cobertura assente num eixo de autoridade formal, em que a verdade noticiosa parece depender mais da validação institucional do que do testemunho de vítimas, leigos e outros intervenientes

capazes de oferecer perspectivas alternativas sobre o problema. Tal tendência, embora compreensível à luz das rotinas jornalísticas e da procura por fontes credíveis, levanta algumas questões sobre o equilíbrio de representações e o risco de invisibilidade de outras dimensões.

No entanto, a análise mostra também que os meios de comunicação social recorrem, em determinados momentos, ao testemunho de vítimas na construção da notícia. Embora os seus testemunhos estejam presentes e, em alguns casos, tenham voz ativa, a sua participação tende a ser mediada por instituições, sendo possível destacar da amostra o Grupo VITA e a Associação Coração Silenciado. Se, por um lado, esta opção representa um avanço significativo no reconhecimento do sofrimento e na legitimação das suas vozes, por outro, coloca riscos de revitimização, sobretudo quando os testemunhos são explorados de forma emotiva ou dramatizada. Tal constatação confirma a advertência de Chouliaraki (2006) sobre a tendência mediática para transformar o sofrimento em espetáculo, transferindo o foco do olhar público da dimensão estrutural do problema para a vivência individual. Em Portugal, esse movimento foi particularmente visível nas semanas posteriores à divulgação do relatório da Comissão Independente, - correspondendo ao período da amostra em análise - em que os trabalhos jornalísticos destacaram narrativas emocionais reforçando a dimensão humana, mas sem avançar numa análise mais contextualizada das responsabilidades institucionais. A figura do agressor, por sua vez, permanece de um modo geral invisível, diluído em expressões genéricas como “padres”, “bispos” ou “suspeitos”, o que contribui para uma responsabilização difusa. Essa generalização linguística, ao agrupar indivíduos sob categorias amplas e abstratas, tem o efeito de obscurecer a ação concreta de cada agressor e de atenuar a gravidade das condutas praticadas. Em vez de se colocar em evidência a responsabilidade pessoal, transfere-se a atenção para entidades coletivas ou para a mera suspeição, permitindo que o sujeito específico se esconda atrás da instituição ou da categoria social a que pertence.

A análise revelou ainda uma tensão constante entre objetividade factual e dramatização simbólica. Os dados obtidos confirmam que são utilizados recorrentemente adjetivos de carácter negativo, expressões figuradas e metáforas que intensificam o impacto dos trabalhos divulgados nos meios de comunicação social. Embora tais estratégias tenham eficácia comunicativa, aproximando o público da dimensão humana do fenómeno,

levantam dúvidas quanto ao risco de espetacularização. Como nota Chouliaraki (2006), a dramatização do sofrimento pode criar empatia momentânea, mas nem sempre contribui para uma compreensão crítica das causas estruturais. No caso português, esta oscilação narrativa parece refletir o esforço dos média em conciliar duas lógicas: a exigência de rigor factual, e a necessidade de captar atenção numa indústria mediática em disputa constante, particularmente em meios como o *Correio da Manhã*. O resultado é uma cobertura que tanto informa como emociona, mas que raramente desenvolve as dimensões estruturais da problemática dos abusos sexuais.

Do ponto de vista ético, a análise revelou avanços significativos, sobretudo na proteção da identidade das vítimas e na utilização reduzida de linguagem revitimizadora. Estes resultados alinham-se com as recomendações de boas práticas de jornalismo, no entanto, persistem fragilidades relevantes. Em vários textos, a fronteira entre denúncia pública e presunção de inocência mostrou-se difícil de gerir, sobretudo em peças opinativas ou de carácter editorial, em que a acusação surge, por vezes, sem a mesma ênfase em garantias processuais. Outro ponto crítico prende-se com a escassa transparência relativamente às limitações do trabalho jornalístico. Raramente os textos explicitam os constrangimentos no acesso à informação ou os obstáculos à investigação, criando a ilusão de uma cobertura total e isenta. Esta ausência de autorreflexividade contrasta com as propostas de autores como Schudson (2003), que sublinha a importância de reconhecer os limites da prática jornalística como forma de reforçar a confiança pública.

De modo geral, os resultados desta investigação mostram que os órgãos de comunicação social analisados, considerando a amostra, conseguiram desempenhar um papel essencial na denúncia pública e na consequente visibilidade das vítimas, confirmando tendências identificadas na literatura internacional. No entanto, também evidenciam que essa cobertura permanece fortemente condicionada por lógicas institucionais e narrativas de cariz jurídico, centradas sobretudo na identificação de culpados e na responsabilização legal dos casos. Essa abordagem, embora relevante, tende a negligenciar dimensões estruturais do problema, como o papel das dinâmicas de poder e de silêncio que permitiram o encobrimento sistemático dos abusos e a influência da cultura do clericalismo na manutenção dessas práticas. Assim, é possível afirmar que, apesar dos avanços, os trabalhos dos média ainda não desenvolvem uma abordagem suficientemente aprofundada da problemática dos abusos sexuais na Igreja Católica, deixando por

explorar dimensões estruturais e institucionais que condicionam a compreensão do fenómeno. A centralidade de vozes institucionais, a dramatização simbólica e as limitações éticas identificadas revelam que o jornalismo, em vez de operar como um reflexo imparcial da realidade, é moldado por dinâmicas inerentes ao espaço público português, como a influência de agendas institucionais, a construção narrativa de eventos enraizada em sensibilidades históricas e culturais portuguesas e as restrições impostas por normas éticas e pressões sociais.

## Conclusão

Uma instituição que exerce tamanha influência sobre a sociedade deve ser objeto de um escrutínio rigoroso e sujeita a mecanismos eficazes de responsabilização pública. E a problemática dos abusos sexuais exige uma reflexão aprofundada não só dentro da própria instituição, mas também, e de forma particularmente relevante, entre os jornalistas. Durante anos, a imprensa revelou-se incapaz de exercer um papel crítico e exigente face à Igreja, falhando em responsabilizá-la pelo modo como exerce o seu poder. Num contexto nacional, caracterizado por uma deferência histórica e cultural perante a autoridade eclesial, os média não conseguiram dirigir a atenção pública para uma das instituições mais influentes e poderosas da sociedade portuguesa. E a problemática dos abusos sexuais é, talvez, o mais nítido exemplo disso. Em muitos momentos, a hierarquia católica foi alertada para o problema, mas a prioridade raramente assentou na proteção das vítimas. Prevaleceu a salvaguarda da reputação da Igreja, através das várias estratégias e tentativas de silenciamento adotadas pelo grupo clerical. Só nas últimas décadas do século XX e, de forma mais acentuada, nas primeiras do século XXI, se observaram avanços sociais significativos que trouxeram maior visibilidade e exigência de responsabilização.

A pressão por respostas e transparência deve-se, inegavelmente, aos órgãos de comunicação social e aos profissionais que os representam. Importa reconhecer que os média desempenharam um papel central enquanto agentes de escrutínio público, funcionando como verdadeiros motores no processo de responsabilização da Igreja relativamente aos crimes de abuso sexual. Através da investigação jornalística, da divulgação de testemunhos das vítimas e da manutenção do tema na agenda mediática, os meios de comunicação social não só expuseram a realidade, como também criaram uma pressão social e institucional que se revelou determinante para a mobilização de respostas internas e externas à Igreja Católica. Precisamente por isso, o objetivo primordial deste trabalho centrou-se essencialmente no modo os jornalistas “constroem, enquadram e justificam os seus trabalhos sobre esta problemática, bem como os dilemas éticos e deontológicos que emergem nesse processo”.

A fim de encontrar respostas mais concretas para esta questão, conduziu-se, num segundo segmento investigativo, uma análise de conteúdo tendo como *corpus* de estudo uma amostra de vinte conteúdos jornalísticos de quatro órgãos de comunicação social de

referência nacional - *Jornal de Notícias, Correio da Manhã, Expresso e Público*, complementada, ainda, por um conjunto de entrevistas semiestruturadas a profissionais e especialistas. Sendo que estas últimas permitiram, também, contextualizar a análise das peças e enriquecer a reflexão crítica em torno do objeto de estudo.

Os resultados obtidos permitem-nos chegar a conclusões que nos ajudam a melhor compreender a realidade da cobertura jornalística relativamente ao drama dos abusos em Portugal. Em primeiro lugar, ficou desde logo evidente que os média desempenharam um papel essencial na rutura de um silêncio histórico em torno desta problemática. Contudo, a análise demonstrou que a cobertura mediática permanece fortemente condicionada por uma lógica jurídico-institucional. As vozes de autoridades religiosas, políticas e judiciais continuam a dominar o enquadramento noticioso, enquanto as vítimas, embora presentes, surgem maioritariamente em registos emocionais (testemunhos) muitas vezes mediadas por outras instituições. Este dado é particularmente relevante porque confirma que, ao privilegiar a tríade instituição-crime-vítima, os média acabam por deixar relativamente intocado o problema estrutural do encobrimento, limitando a amplitude da reflexão pública. Este desequilíbrio reforça a perceção de que o discurso jornalístico ainda privilegia a validação institucional em detrimento de uma problematização mais abrangente das estruturas de poder, nomeadamente o problema milenar do clericalismo.

Em segundo lugar, verificou-se que o enquadramento narrativo das peças jornalísticas tende a oscilar entre a objetividade factual e a dramatização simbólica. Embora muitas peças se tenham apoiado em dados concretos - como números de vítimas, processos judiciais ou relatórios oficiais -, observa-se também um uso frequente de metáforas, qualificativos negativos e expressões figuradas que intensificam o impacto emocional da narrativa. Este recurso a elementos retóricos de amplificação cumpre uma dupla função: por um lado, aproxima o leitor da dimensão humana do fenómeno, despertando empatia e indignação e por outro, reforça a espetacularização do sofrimento, transformando experiências de dor em elementos de consumo mediático. Esta tensão evidencia a dificuldade do jornalismo em equilibrar a exigência informativa, assente em rigor e factualidade, com a necessidade de captar a atenção num espaço público competitivo.

Em terceiro lugar, a investigação permitiu concluir que, do ponto de vista ético e deontológico, a imprensa nacional tem adotado práticas mais cuidadosas na proteção da identidade das vítimas e na rejeição de linguagem revitimizadora. Todavia, persistem

fragilidades importantes, nomeadamente a escassa transparência quanto às limitações da cobertura mediática e a dificuldade em equilibrar plenamente a denúncia pública com a presunção de inocência. Estas tensões revelam a complexidade do trabalho jornalístico em contextos de violência estrutural e interpelação institucional.

Este trabalho procura mostrar que o jornalismo português, enquanto contribuiu de forma decisiva para dar visibilidade a um problema historicamente silenciado, permanece condicionado por lógicas institucionais e narrativas judiciais que limitam a amplitude do debate. Depois de várias décadas de transformações profundas da Igreja Católica e do próprio Vaticano, de uma adaptação contínua dos média a essas mesmas mudanças e com um *blockbuster* americano pelo meio, o desafio que se coloca, sobretudo em sociedades democráticas, é o de consolidar práticas jornalísticas que consigam dar voz às vítimas indo além do testemunho do sofrimento, denunciar sem substituir os tribunais, revelar sem estetizar a dor e, sobretudo, investigar as estruturas de poder que, pela sua opacidade, continuam a dificultar o caminho da justiça.

O contributo deste estudo reside, assim, na articulação entre análise empírica e reflexão crítica, demonstrando que a cobertura mediática portuguesa confirma padrões já identificados na literatura internacional, mas também revela especificidades próprias, enraizadas no peso cultural e simbólico da Igreja no espaço público nacional. As conclusões aqui apresentadas não esgotam a complexidade do tema e apontam para a necessidade de investigações futuras que ampliem a amostra, explorem outros géneros jornalísticos e aprofundem a análise comparativa com contextos internacionais.

## **Documentário**

*Mea Culpa*

[https://youtu.be/bd\\_zSAV1rfQ](https://youtu.be/bd_zSAV1rfQ)

*Há quem, entre os mais crentes, observe nesta contínua sobrevivência da Igreja às falhas do mundo a presença divina que lhe vai amparando as quedas, não graças aos seus membros, mas apesar deles.*

João Francisco Gomes

## Bibliografia

- Agulhas, R., Alexandre, J., Carvalho, H., Anciães, A., Neo-Costa, J., & Barroso, R. (2025). *Grupo VITA: Relatório de Atividades III*. Lisboa: Conferência Episcopal Portuguesa.
- Berry, J., & Renner, G. (2004). *Vows of silence: The abuse of power in the papacy of John Paul II*. Free Press.
- Casanova, J. (1994). *Public religions in the modern world*. University of Chicago Press.
- Chouliaraki, L. (2006). *The spectatorship of suffering*. SAGE Publications.
- Doyle, T. P. (2006). *The spiritual trauma experienced by victims of sexual abuse by Catholic clergy*. *Pastoral Psychology*, 54(3), 185–198.
- Fidalgo, J. (2000). *A questão das fontes nos códigos deontológicos dos jornalistas*. In *Comunicação e Sociedade 2*, Cadernos do Noroeste, 14 (1-2), 319-337
- Frangiotti, R. (2006). *Cristãos, judeus e pagãos: Acusações, críticas e conflitos no cristianismo antigo*. Aparecida, SP: Idéias & Letras. ISBN 85-98239-63-1.
- Gomes, J. F. (2021). *Roma, temos um problema*. Lisboa: Contraponto.
- Guimarães, V. (2016). *O desvio pela ficção: Contaminações no cinema brasileiro contemporâneo*. *Devires: Cinema e Humanidades*, 10(1), 58–77.
- Jenkins, P. (2001). *Pedophiles and priests: Anatomy of a contemporary crisis*. Oxford University Press.
- Jenkins, P. (2011). *The next Christendom: The coming of global Christianity* (3rd ed.). Oxford University Press.
- Lima, R. P. (2022, 24 de maio). *Saber falar com os média*. 7MARGENS.
- Maltês de Almeida Nogueira, M. (2020). *O papel da ética jornalística na defesa da presunção de inocência: análise de casos mediáticos em Portugal* (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.
- Martin, M. (1981). *The decline and fall of the Roman Church*. G. P. Putnam's Sons.
- Marujo, A. (2022). *“Roma, temos um problema” – e este livro ajuda a entendê-lo*. 7MARGENS.

- McLaughlin, E. (2006). *The New Policing*. Sage Publications.
- Nichols, B. (2010). *Introdução ao documentário* (5ª ed.). Campinas: Papyrus Editora.
- Penafria, M. (1999). *O filme documentário*. Lisboa: Edições Cosmos.
- Penafria, M. (2006). *O documentário segundo Bazin: Uma leitura de O que é o cinema? de André Bazin*. In *Atas do Congresso Internacional de Comunicação* (pp. 202–210). Covilhã: Universidade da Beira Interior.
- Penafria, M. (2009). *O paradigma do documentário: António Campos, cineasta*. Covilhã: Livros LabCom.
- Pereira Alves, I., & da Silva Rocha, E. (2022). *Análise do filme Spotlight – Segredos revelados e a sua interpretação à luz da Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança*. Revista Jurídica do Centro Universitário do Rio Grande do Norte, UNI-RN, 14 de dezembro.
- Red Latinoamericana de Católicas por el Derecho a Decidir. (2005). *Viejos temas, nuevas miradas*. Buenos Aires: CDD/Red Latinoamericana.
- Salter, M. (2016). Organised child sexual abuse in the media. In H. Pontel (Ed.), *Oxford Research Encyclopaedia of Criminology and Criminal Justice*. Oxford: Oxford University Press.
- Schudson, M. (2003). *The sociology of news*. W. W. Norton & Company.
- Silva, C. S. F. da. (2013). *Media e Religião: A Importância das Fontes Jornalísticas na Construção de Notícias sobre a Igreja Católica* (Dissertação de Mestrado). Universidade de Coimbra.
- Silva, S. V. (2013). A Igreja Católica no início do terceiro milênio. *Revista de Teologia e Ciências da Religião*, 3(1), 9–16.
- Simões, S. (2023). *Em nome do pai*. Lisboa: Oficina do Livro.
- Sindicato dos Jornalistas. (1993). Código Deontológico do Jornalista (aprovado a 4 de maio de 1993).

- Strücker, B., Maçalai, G., & Hahn, N. B. (2023). Corpo e religião: A teologia cristã frente a abusos sexuais. *Revista Pistis & Praxis: Teologia e Pastoral*, 15(2), 221–233.
- Toldy, T. (2018). A religião entre a esfera pública e a esfera privada: Perspetivas feministas. *Ex Aequo*, 37, 45–59.
- Toldy, T. M. (2013). *A secularização da sociedade portuguesa no contexto das modernidades múltiplas*. *Didaskalia*, 43(1–2), 23–55
- Traquina, N. (2002). *Jornalismo*. Lisboa. Quimera.
- Tuchman, G. (1978). *La producción de la noticia*. México. Massmedia.
- Violante, M. L. V. (2008). O abuso sexual contra crianças e jovens: Um problema transnacional. *Projeto História*, 37, 363–366.
- Pinho, J. E. B. de. (2008). *Igreja e credibilidade do anúncio de Deus*. *Didaskalia*, 38(1), 141–159.

## Filmografia

Al Jazeera English (2023, 10 de dezembro). *Confessions, Silence, and Child Abuse: Secrets of the Clergy | Fault Lines Documentary*. [Vídeo]. YouTube.

<https://www.youtube.com/watch?v=JZgtnpGyf5o&t=147s>

CNN (2023, 29 de outubro). *The case of the predator priest: Abuse and scandal in the Catholic Church (2019)*

Dretzin, R. (Realizadora). (2022). *Sejam Dóceis: Rezem e Obedeçam* [Minissérie documental]. Netflix.

McCarthy, T. (Diretor). (2015). *Spotlight* [Filme]. Open Road Films.

Netflix. (2023). *Em Nome de Deus: Uma Traição Abençoada* [Série documental, 8 episódios]. Netflix.

NewsNation (2023, 2 de outubro). *Sanctuary of Sin: How a religious order became a haven for pedophile priests*. [Vídeo]. YouTube.

<https://www.youtube.com/watch?v=njyrdn3YZIo&t=98s>

Sekielski, T. [Bracia Sekielscy / Sekielski Brothers]. (2019, 11 de maio). *Tylko nie mów nikomu* [Tell No One] [Vídeo]. YouTube.

<https://www.youtube.com/watch?v=BrUvQ3W3nV4>

Sekielski, T. [Bracia Sekielscy / Sekielski Brothers]. (2020, 16 de maio). *Zabawa w chowanego* [Playing Hide and Seek] [Vídeo]. YouTube.

<https://www.youtube.com/watch?v=T0ym5kPf3Vc&t=177s>

Solé, A. (Diretor). (2019). *Exame de Consciência* [Série documental]. Zeta Cinema / Zeta Audiovisual / Minimal Films; Netflix.

Teixeira, J. (Realizadora). (2022). *Unveiled: Surviving La Luz del Mundo* [Série documental, 3 episódios]. HBO Documentary Films / Jigsaw Productions.

The Fifth Estate (2016, 3 de outubro) *Betrayal: Abuse in the Catholic Church in Nova Scotia (2010)*. [Vídeo]. YouTube.

[https://www.youtube.com/watch?v=\\_jmpu3TopHc&t=12s](https://www.youtube.com/watch?v=_jmpu3TopHc&t=12s)

The Fifth Estate (2020, 17 de fevereiro). *The priest's confession: What the Catholic bishops knew - The Fifth Estate*. [Vídeo]. YouTube.

<https://www.youtube.com/watch?v=IX-rDwCsUCU&t=100s>

White, R. (Diretor). (2017). *The Keepers* [Série documental]. Netflix.

## Bibliografia da amostra

Correio da Manhã. (2023, março 14). Bispos asseguram que Igreja Católica em Portugal está num “ponto sem retorno” no combate aos abusos. *Correio da Manhã*.

<https://www.cmjornal.pt/sociedade/detalhe/20230314-1825-bispos-asseguram-que-igreja-catolica-em-portugal-esta-num-ponto-sem-retorno-no-combate-aos-abusos>

Correio da Manhã. (2023, março 14). Defesa de ex-padre contesta crimes de abuso sexual de crianças e alega nulidade da acusação. *Correio da Manhã*.

<https://www.cmjornal.pt/sociedade/detalhe/defesa-de-ex-padre-contesta-crimes-de-abuso-sexual-de-criancas-e-alega-nulidade-da-acusacao>

Correio da Manhã. (2023, fevereiro 16). APAV diz que ainda ficaram muitas perguntas por responder pela Igreja. *Correio da Manhã*.

<https://www.cmjornal.pt/sociedade/detalhe/apav-diz-que-ainda-ficaram-muitas-perguntas-por-responder-pela-igreja>

Correio da Manhã. (2023, dezembro 20). Relatório de abusos sexuais na Igreja Católica levou a aumento de denúncias. *Correio da Manhã*.

<https://www.cmjornal.pt/sociedade/detalhe/relatorio-de-abusos-sexuais-na-igreja-catolica-levou-a-aumento-de-denuncias>

Correio da Manhã. (2023, março 11). Três padres na lista de abusadores afastados temporariamente pela Diocese do Porto. *Correio da Manhã*.

<https://www.cmjornal.pt/portugal/detalhe/tres-padres-na-lista-de-abusadores-afastados-temporariamente-pela-diocese-do-porto>

Expresso. (2023, fevereiro 13). Abusos na Igreja: Comissão recebeu 512 testemunhos validados de vítimas e enviou 25 casos para o MP. *Expresso*.

<https://expresso.pt/sociedade/abusos/2023-02-13-Abusos-na-Igreja-comissao-recebeu-512-testemunhos-validados-de-vitimas-e-enviou-25-casos-para-o-MP-bc4418fe>

Expresso. (2023, fevereiro 14). Prescrição dos crimes sexuais na Igreja deve aumentar para os 40 ou 50 anos da vítima, defende bispo emérito Januário Ferreira. *Expresso*.

<https://expresso.pt/sociedade/2023-02-14-Prescricao-dos-crimes-sexuais-na-Igreja>

[deve-aumentar-para-os-40-ou-50-anos-da-vitima-defende-bispo-emerito-Januario-Ferreira-37ce173e](#)

Expresso. (2023, março 8). O abuso de menores é um crime, não é uma doença. *Expresso*. <https://expresso.pt/opiniaio/2023-03-08-O-abuso-de-menores-e-um-crime-nao-e-uma-doenca-d06d248d>

Expresso. (2023, abril 5). Padre suspeito de abuso sexual de menores detido por posse ilegal de arma em Guimarães. *Expresso*. <https://expresso.pt/sociedade/2023-04-05-Padre-suspeito-de-abuso-sexual-de-menores-detido-por-posse-ilegal-de-arma-em-Guimaraes-aeef7395>

Expresso. (2023, maio 14). Padres deviam ter educação sexual nos seminários, defende Ricardo Barroso, psicólogo e acompanhara o tratamento dos abusadores sexuais da Igreja. *Expresso*. <https://expresso.pt/sociedade/2023-05-14-Padres-deviam-ter-educacao-sexual-nos-seminarios-Ricardo-Barroso-e-psicologo-e-acompanhara-o-tratamento-dos-abusadores-sexuais-da-Igreja-ffe1971b>

Jornal de Notícias. (2023, fevereiro 13). António Costa assume choque perante relatório de abusos sexuais na Igreja. *Jornal de Notícias*. <https://www.jn.pt/nacional/artigo/antonio-costa-assume-choque-perante-relatorio-de-abusos-sexuais-na-igreja/15839310>

Jornal de Notícias. (2023, março 14). Igreja ultima proposta para indemnizar vítimas de abuso. *Jornal de Notícias*. <https://www.jn.pt/nacional/artigo/igreja-ultima-proposta-para-indemnizar-vitimas-de-abuso/17803469>

Jornal de Notícias. (2023, agosto 2). Muitas vítimas de abusos sexuais descompensaram durante a Jornada da Juventude. *Jornal de Notícias*. <https://www.jn.pt/nacional/artigo/muitas-vitimas-de-abusos-sexuais-descompensaram-durante-a-jornada-da-juventude/17773199>

Jornal de Notícias. (2023, dezembro 20). De 44 inquéritos por abusos na Igreja, só 14 estão em investigação. *Jornal de Notícias*. <https://www.jn.pt/nacional/artigo/de-44-inqueritos-por-abusos-na-igreja-so-14-estao-em-investigacao/17795281>

Jornal de Notícias. (2023, março 18). Cinco vítimas de abusos sexuais pedem indemnização à Igreja. *Jornal de Notícias*. <https://www.jn.pt/nacional/artigo/cinco-vitimas-de-abusos-sexuais-pedem-indemnizacao-a-igreja-/17819866>

Público. (2023, fevereiro 16). Há vítimas de abusos sexuais na Igreja em crise após divulgação do relatório. *Público*. <https://www.publico.pt/2023/02/16/sociedade/noticia/ha-vitimas-abusos-sexuais-igreja-crise-apos-divulgacao-relatorio-2039197>

Público. (2023, agosto 2). Papa: Grito do sofrimento das vítimas de abusos sexuais ecoa como crítica ao clericalismo. *Público*. <https://www.publico.pt/2023/08/02/opiniao/editorial/papa-grito-sofrimento-abusos-sexuais-2059010>

Público. (2023, março 14). Bispo diz que ainda ficam muitas perguntas por responder pela Igreja. *Público*. <https://www.publico.pt/sociedade/detalhe/bispo-diz-que-ainda- ficam-muitas-perguntas-por-responder-pela-igreja>

## **Anexos**

## **Guião de entrevista - Padre Paulo Terroso**

### **Enquadramento e média**

- A Igreja Católica tem uma longa história e uma relação um tanto particular com a imprensa. Como vê e descreveria essa relação?
- A Santa Sé tem o seu próprio canal de comunicação – o Vatican News – entre outros meios oficiais. Acredita que esses canais conseguem equilibrar transparência com a proteção da imagem institucional?
- Muitas vezes, a Igreja comunica por meio de notas escritas e comunicados. Acha que falta uma presença mais humana e visível – por exemplo, através de entrevistas com os próprios líderes religiosos?

### **A cobertura mediática dos casos de abuso sexual**

- Nos últimos anos têm surgido diversas notícias sobre abusos sexuais alegadamente cometidos por membros do clero. Na sua opinião, como é que os meios de comunicação social têm tratado este assunto?
- Sente que existe um ponto de vista específico nos diversos trabalhos jornalísticos (notícias, reportagens, etc)?
- Por vezes há a perceção de resistência e até de silêncio institucional. A que se deve essa hesitação?
- Como é que a Igreja tem comunicado com o público e com os fiéis sobre os abusos? Considera que tem sido suficientemente transparente?
- Há quem diga que os média tendem a focar-se mais na Igreja Católica do que noutras instituições quando se trata da problemática dos abusos sexuais. Concorde com esta perceção?

### **Sacerdócio**

- Como é que um padre lida espiritualmente com este tipo de crise dentro da instituição que representa?
- Que impacto têm estes acontecimentos nas confissões, na participação nas missas/homílias e no envolvimento da comunidade?

### **Relação entre a Igreja e os Jornalistas**

- Na sua opinião como é que a relação entre ambos pode melhorar de forma que a comunicação e as abordagens sejam mais abertas e profundas?
- Que tipo de formação ou sensibilização poderia ser útil tanto para comunicadores católicos como para jornalistas laicos?
- O Papa Francisco abriu caminho para uma comunicação mais acessível, considera que o seu sucessor poderá retroceder? Ou a expectativa será de continuar um caminho de maior abertura?

## **Guião de entrevista – Dr. Ricardo Barroso**

### **Perfil e Motivação do Abusador**

1. Existem características psicológicas comuns entre padres abusadores? Há um perfil típico?
2. O ambiente de repressão sexual e o celibato podem ser fatores que contribuem para o comportamento abusivo?
3. Existe alguma relação entre poder e abuso sexual no contexto religioso?

### **Dinâmica do Abuso**

5. Como é que os abusadores escolhem e manipulam as vítimas dentro da Igreja?
6. Há um padrão nas estratégias de coerção ou sedução utilizadas?
7. O abuso cometido por um padre tem particularidades em relação a outros contextos de abuso?

### **Fatores Institucionais e Culturais**

8. Sente que a estrutura hierárquica da Igreja pode favorecer a impunidade e a perpetuação dos abusos? Se sim, de que forma?
9. O segredo da confissão e a ideia de perdão podem ser usados pelos abusadores como forma de proteção ou até para silenciar as vítimas?
10. Há algo na formação e no ambiente dos seminários que possa, direta ou indiretamente, contribuir para esse tipo de comportamento?

### **Reincidência e Tratamento**

11. Padres abusadores são (todos) reincidentes? Como psicólogo, qual a sua opinião sobre a possibilidade de reabilitação?
12. O afastamento do sacerdócio reduz o risco de reincidência ou há casos de abuso mesmo após a expulsão?
13. Há sinais que poderiam ser identificados precocemente para evitar que um padre se torne abusador?

### **Média em Portugal**

14. Na sua opinião como é que os média têm trabalhado os casos de abuso sexual dentro da Igreja?
15. Que efeitos é que esse tipo de abordagem pode ter na credibilidade (ou na falta dela) neste tipo de casos?
16. A exposição destes casos nos meios de comunicação social tem efeitos práticos no processo de avaliação de padre abusadores?
17. Nota alguma consequência direta ou indireta da exposição mediática nesses indivíduos?

## **Guião de entrevista – Dra Rute Agulhas**

### **Papel do Grupo VITA**

- Em linhas gerais, como funciona a dinâmica do Grupo VITA (na prática do acolhimento e acompanhamento das vítimas)?
- O grupo está muito orientado para acolher e acompanhar vítimas de abusos... Também há espaço para receber e seguir abusadores?
- Este projeto foi pensado para 3 anos... A métrica utilizada para especular estes 3 anos não terá sido demasiado otimista comparativamente à dimensão do problema?
- Um dos objetivos do grupo é criar mecanismos de prevenção de futuros abusos sexuais assim como capacitar as dioceses para esta mesma prevenção. A Igreja Católica já teve diversas oportunidades ao longo dos últimos anos para se capacitar e nunca o fez. O que leva o VITA a pensar que agora será diferente?
- A Dra. Rute mencionou numa entrevista ao Observador que se houvesse profissionais que gostassem de ter formação no que concerne os abusos sexuais que o grupo estaria disponível para ajudar nesse sentido. No entanto, falou sempre de estruturas e profissionais que já lidassem com este tipo de problemas... Se um órgão de comunicação social ou um jornalista contactasse o VITA na perspetiva de saber mais sobre a questão dos abusos, estariam dispostos a dar essa formação?

### **Média e Igreja**

- Nos últimos anos os média têm feito uma grande cobertura dos abusos sexuais na Igreja Católica em Portugal... Como avalia o papel dos meios de comunicação social na divulgação e discussão pública deste tema?
- Acredita que a comunicação social trata os abusos na Igreja Católica de forma diferente em comparação com casos noutros contextos (por exemplo, escolas, famílias, clubes desportivos)?
- Sente que os jornais e os canais televisivos tendem a dar mais visibilidade a uma das partes (vítimas ou abusadores)?

### **Influência dos média**

- A exposição destes casos nos meios de comunicação social tem efeitos práticos no processo de avaliação e acompanhamento tanto de vítimas como de padres abusadores que chegam ao Grupo VITA?
- Considera que o mediatismo em torno destes casos ajudou a acelerar mudanças dentro da Igreja?

### **Relação do Grupo VITA com os média**

- Como é a relação entre o Grupo VITA e os média? Procuram colaborar, esclarecer, corrigir?
- Há alguma política ou linha orientadora interna sobre como comunicar com a imprensa?

## **Guião de entrevista - António Marujo**

### **Contexto**

- O que leva um jornalista a dedicar-se a cobrir temas relacionados com a Igreja Católica?
- Quando é que percebeu que a Igreja Católica, enquanto instituição, tinha peso na agenda mediática?

### **O papel dos media**

- Qual o papel do jornalismo na investigação de casos de abuso sexual, especialmente quando envolvem instituições como a Igreja Católica?
- Acha que os média têm cumprido esse papel de forma eficaz? Porquê?
- O tratamento do tema nos órgãos de comunicação social pode ajudar a quebrar o silêncio e o estigma em torno do abuso sexual?

### **Desafios e limitações**

- Quais são as principais dificuldades em investigar e publicar trabalhos sobre os abusos sexuais na Igreja? Obstáculos legais? Acesso a testemunhos? Pressão institucional?
- Já sentiu ou conhece casos de tentativas de silenciamento, pressão política ou religiosa para não publicar determinadas informações?
- Como se lida com a necessidade de proteger as vítimas e, ao mesmo tempo, garantir rigor jornalístico?

### **Decisões editoriais e critérios**

- Como se decide se uma denúncia é ou não notícia? O que leva uma redação a avançar ou não com uma investigação?
- Que critérios são usados para dar mais ou menos destaque a determinados casos?
- De forma geral existem mais trabalhos jornalísticos sobre a vítima do que sobre a figura do abusador. Porque é que isso acontece?
- A vítima, enquanto figura de destaque, traz mais audiência?

### **Relação com a Igreja e outras instituições**

- Como é, na prática, a relação entre jornalistas e a Igreja Católica neste tipo de investigações?
- Há alguma diferença no tratamento jornalístico quando o acusado é uma figura religiosa em comparação com, por exemplo, um político ou um civil?

### **Perceção pública e impacto**

- Enquanto jornalista, como reage a sociedade às reportagens sobre abusos na Igreja? Há recetividade, negação, cansaço?
- Que impacto acredita que o jornalismo tem tido na responsabilização e mudança dentro da Igreja?

## **Guião de entrevista - João Francisco Gomes**

### **Contexto**

- O que leva um jornalista a dedicar-se a cobrir temas relacionados com a Igreja Católica?
- Quando é que percebeu que a Igreja Católica, enquanto instituição, tinha peso na agenda mediática?

### **O papel dos média**

- Qual o papel do jornalismo na investigação de casos de abuso sexual, especialmente quando envolvem instituições como a Igreja Católica?
- Acha que os média têm cumprido esse papel de forma eficaz? Porquê?
- O tratamento do tema nos órgãos de comunicação social pode ajudar a quebrar o silêncio e o estigma em torno do abuso sexual?

### **Desafios e limitações**

- Quais são as principais dificuldades em investigar e publicar trabalhos sobre os abusos sexuais na Igreja?  
→ Obstáculos legais? Acesso a testemunhos? Pressão institucional?
- Já sentiu ou conhece casos de tentativas de silenciamento, pressão política ou religiosa para não publicar determinadas informações?
- Como se lida com a necessidade de proteger as vítimas e, ao mesmo tempo, garantir rigor jornalístico?

### **Decisões editoriais e critérios**

- Como se decide se uma denúncia é ou não notícia? O que leva uma redação a avançar ou não com uma investigação?
- Que critérios são usados para dar mais ou menos destaque a determinados casos?
- De forma geral existem mais trabalhos jornalísticos sobre a vítima do que sobre a figura do abusador. Porque é que isso acontece?
- A vítima, enquanto figura de destaque, traz mais audiência?

### **Relação com a Igreja e outras instituições**

- Como é, na prática, a relação entre jornalistas e a Igreja Católica neste tipo de investigações?
- Há alguma diferença no tratamento jornalístico quando o acusado é uma figura religiosa em comparação com, por exemplo, um político ou um civil?

### **Perceção pública e impacto**

- Na sua opinião (enquanto jornalista), como reage a sociedade em geral às reportagens sobre abusos na Igreja? Há recetividade, negação, cansaço?
- Que impacto acredita que o jornalismo tem tido na responsabilização e mudança dentro da Igreja?

## Declaração de consentimento para captação e utilização de imagem e som

Eu, Zaia Aluísio R. S. [nome completo],  
titular do Cartão de Cidadão nº 1121811712X1 NIF nº 195396260  
residente em Avenida Central 98, Braga, autorizo a captação e  
utilização da minha imagem e som obtidos na entrevista realizada no dia 31/5/2020  
no âmbito da produção do documentário \_\_\_\_\_, realizado e  
produzido por Ana Jorge Leça Carneiro Pinto, titular do Cartão de Cidadão nº 15501210,  
NIF nº 235795356. A produção deste documentário insere-se num projeto que será  
submetido como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Jornalismo pela  
Escola Superior de Comunicação Social.

Autorizo, ainda, a utilização do referido material para fins de exibição pública,  
distribuição, divulgação e reprodução em qualquer meio de comunicação, incluindo, mas  
não se limitando a televisão, cinema, internet, redes sociais e plataformas digitais.

Esta autorização é concedida a título gratuito e por prazo indeterminado, não sendo devida  
qualquer compensação financeira.

Braga [local], 31/5/2020

Zaia Aluísio R. S. [assinatura]

## Declaração de consentimento para captação e utilização de imagem e som

Eu, Arado Barosa [nome completo],  
titular do Cartão de Cidadão nº 10589931, NIF nº 212888412  
residente em Aua Adalberto Barosa Silva Loulls 171 4<sup>D</sup> Ave, autorizo a captação e  
utilização da minha imagem e som obtidos na entrevista realizada no dia  
10 / 5 / 2025 no âmbito da produção do documentário \_\_\_\_\_,  
realizado e produzido por Ana Jorge Leça Carneiro Pinto, titular do Cartão de Cidadão  
nº 15501210, NIF nº 235795356. A produção deste documentário insere-se num projeto  
que será submetido como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em  
Jornalismo pela Escola Superior de Comunicação Social.

Autorizo, ainda, a utilização do referido material para fins de exibição pública,  
distribuição, divulgação e reprodução em qualquer meio de comunicação, incluindo,  
mas não se limitando a televisão, cinema, internet, redes sociais e plataformas digitais.

Esta autorização é concedida a título gratuito e por prazo indeterminado, não sendo  
devida qualquer compensação financeira.

Ave [local], 10 / 5 / 2025

Arado Barosa [assinatura]

## Declaração de consentimento para captação e utilização de imagem e som

Eu, Rute Dgilhas [nome completo], titular do Cartão de Cidadão n° 10090410, NIF n° 201091061 residente em Chaveiro do Lejaria, autorizo a captação e utilização da minha imagem e som obtidos na entrevista realizada no dia 17/05/25, no âmbito da produção do documentário \_\_\_\_\_, realizado e produzido por Ana Jorge Leça Carneiro Pinto, titular do Cartão de Cidadão n° 15501210, NIF n° 235795356. A produção deste documentário insere-se num projeto que será submetido como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Jornalismo pela Escola Superior de Comunicação Social.

Autorizo, ainda, a utilização do referido material para fins de exibição pública, distribuição, divulgação e reprodução em qualquer meio de comunicação, incluindo, mas não se limitando a televisão, cinema, internet, redes sociais e plataformas digitais.

Esta autorização é concedida a título gratuito e por prazo indeterminado, não sendo devida qualquer compensação financeira.

Colha [local], 17/05/25

Rute Dgilhas [assinatura]

## Declaração de consentimento para captação e utilização de imagem e som

Eu, António Manjão [nome completo], titular do Cartão de Cidadão n.º 5529375, NIF n.º 173028616 residente em Leiria, autorizo a captação e utilização da minha imagem e som obtidos na entrevista realizada no dia 2/6/2025 no âmbito da produção do documentário \_\_\_\_\_, realizado e produzido por Ana Jorge Leça Carneiro Pinto, titular do Cartão de Cidadão n.º 15501210, NIF n.º 235795356. A produção deste documentário insere-se num projeto que será submetido como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Jornalismo pela Escola Superior de Comunicação Social.

Autorizo, ainda, a utilização do referido material para fins de exibição pública, distribuição, divulgação e reprodução em qualquer meio de comunicação, incluindo, mas não se limitando a televisão, cinema, internet, redes sociais e plataformas digitais.

Esta autorização é concedida a título gratuito e por prazo indeterminado, não sendo devida qualquer compensação financeira.

Leiria [local], 2/6/2025

António Manjão [assinatura]